14

MERCADO E HOMEM

Separar o trabalho das outras atividades daa vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-Ias por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.

Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade. Representar esse princípio como o da não interferência, como os liberais econômicos se propunham a fazer, era expressar simplesmente um preconceito arraigado em favor de uma espécie definida de interferência, isto é, que iria destruir as relações não-contratuais entre indivíduos e impedir a sua reformulação espontânea.

Este resultado do estabelecimento de um mercado de trabalho é perfeitamente aparente nas regiões coloniais de hoje em dia. Os nativos são forçados a ganhar a vida vendendo o seu trabalho. Para atingir essa finalidade, suas instituições tradicionais têm que ser destruídas e impedidas de se reformularem, pois, em regra, o indivíduo numa sociedade primitiva não se vê ameaçado de inanição a menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante. Sob o sistema de terra kraal dos cafres, por exemplo, "a miséria é impossível: quem quer que precise de assistência, pode recebê-Ia incondicionalmente”[1].

[1] Mair, L.P., *An African People in the Twentieth Century*, 1934.

Nenhum Kwakiutl "jamais correu o menor risco de ficar faminto"[2]. "Não existe a inanição em sociedades que vivem à margem da subsistência".[3] O princípio de independer da carência era conhecido também na comunidade aldeã hindu e, podemos ainda acrescentar, em quase todos os tipos de organização social até aproximadamente o início do século XVI na Europa, quando as idéias modernas em relação aos pobres, apresentadas pelo humanista Vives, foram discutidas na Sorbonne. É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado e, ao mesmo tempo, menos econômica. De forma irônica, a contribuição inicial do homem branco para o mundo do homem negro consistiu principalmente em acostumá-lo a sentir o aguilhão da fome. Assim, o colonizador pode decidir cortar árvores de fruta-pão a fim de criar uma escassez artificial de alimentos, ou pode impor uma taxação sobre a cabana do nativo, para forçá-lo a permutar o seu trabalho. Em ambos os casos o efeito é similar ao dos cercamentos da era Tudor, com sua esteira de hordas errantes.

Um relatório da Liga das Nações mencionou, com o devido horror, o aparecimento recente daquela indescritível figura do cenário europeu do século XVI, o "homem sem dono", na floresta africana.[4] No final da Idade Média, ele só era encontrado nos "interstícios" da sociedade.[5] E no entanto ele foi o precursor do trabalhador nômade do século XIX. [6]

Ora, o que o homem branco ainda pratica ocasionalmente em regiões remotas hoje em dia, isto é, a derrubada das estruturas sociais a fim de extrair delas o elemento do trabalho, foi feito no século XVIII com as populações brancas, por homens brancos, com propósitos similares. A visão grotesca do Estado de Hobbes - um Leviatã humano, cujo corpo imenso era formado por um número infinito de corpos humanos - foi eclipsada pelo construto ricardiano do mercado de trabalho; um fluxo de vidas humanas cujo abastecimento era regulado pela quantidade de alimentos à sua disposição. Embora reconhecendo

[2] Loeb, E.M., "The Distribution and Function of Money in Early Society", Em *Essays in Anthropology*, 1936.
[3] Herskovits, M.J., *The Economic Life of Primitive Peoples*, 1940.
[4] Thurnwald, R.C., op. cit.
[5] Brinkmann, C., "Das soziale System dês Kapitalismus", *Grundriss der Sozialökonomik*, 1924.
[6] Toynbee, A., *Lectures on the Industrial Revolution*, 1887, p. 98.

que existia um padrão costumeiro, abaixo do qual nenhum salário de trabalhador poderia diminuir, considerou-se também essa limitação como efetiva apenas no caso do trabalhador estar reduzido à escolha entre ficar sem alimento ou oferecer seu trabalho no mercado, pelo preço que pudesse conseguir. A propósito, isto explica uma omissão dos economistas clássicos, de outra forma inexplicável, isto é, porque somente a penalidade da inanição, e não o atrativo dos ordenados altos, era considerada capaz de criar um mercado de trabalho atuante. Aqui também a experiência colonial confirmou a desses economistas. Quanto mais elevado o salário, menor era a atração que exercia sobre o nativo que, diferente do homem branco, não era compelido pelos seus padrões culturais a ganhar tanto dinheiro quanto lhe fosse possível. A analogia era ainda mais mar cante pois também o trabalhador primitivo tinha horror à fábrica, onde se sentia degradado e torturado, como o nativo que muitas vezes se resigna a trabalhar à nossa maneira apenas quando é ameaçado de castigos corporais e até de mutilação física. Os fabricantes de Lyon, do século XVIII, impunham salários baixos basicamente por razões sociais[7]. Somente um trabalhador exausto e oprimido, argumentavam eles, renunciaria à associação com seus camaradas para escapar à condição de servidão pessoal, sob a qual ele se via obrigado a fazer aquilo que seu senhor dele exigia. Assim como na Inglaterra foi a compulsâo legal e a servidão paroquial e no Continente os rigores de uma política de trabalho absolutista, nas Américas primitivas foi o trabalho encomendado o pré-requisito do "trabalhador voluntário". O estágio final, porém, só foi alcançado com a aplicação da "penalidade da natureza" - a fome. Para consegui-lo, foi necessário liquidar a sociedade orgânica, que se recusava a permitir que o indivíduo passasse fome.

A proteção da sociedade, no primeiro exemplo, recai sobre os dominadores, que podem impor sua vontade diretamente. Entretanto, os liberais econômicos adotam com muita facilidade a noção de que os dirigentes econômicos tendem a ser beneficentes, enquanto o mesmo não ocorre com os dirigentes políticos. Este não parece ser o pensamento de Adam Smith, pois ele insistia para que um governo britânico direto na Índia substituísse a administração feita por uma companhia privilegiada. Os dirigentes políticos, argumentava ele, teriam interesses paralelos aos dos dominados, cuja riqueza avolumaria a sua receita pública,

[7] Heckscher, E.F., op. cit, vol II, p. 168.

enquanto os interesses do mercador eram, naturalmente, antagônicos aos dos seus clientes.

Por interesse e inclinação, recaiu sobre os senhores de terra da Inglaterra a tarefa de proteger vidas do povo comum contra a investida da Revolução Industrial. A Speenhamland foi um fosso cavado em defesa da organização rural tradicional, quando a agitação da mudança avassalava o campo e transformava a agricultura, incidentalmente, numa indústria precária. Em sua relutância natural de inclinar-se às necessidades das cidades manufatureiras, os proprietários rurais foram os primeiros a resistir naquela que provou ser a luta perdida de um século. Sua resistência, porém, não foi em vão. Durante várias gerações ela impediu a ruína e deu tempo para que houvesse um reajustamento quase completo. Ela retardou o progresso econômico por um período crítico de quase quarenta anos e, quando a reforma parlamentar de 1834 aboliu a Speenhamland, os senhores de terra mudaram o foco da sua resistência para as leis fabris. A Igreja e a herdade feudal agora agitavam o povo contra o proprietário do moinho, cuja predominância tornaria irresistivel a grita por alimentos baratos, e assim, indiretamente, ameaçava solapar os aluguéis e os dízimos. Oastler, por exemplo, foi "um homem da Igreja, um Tory e um Protecionista";[8] mas era também um Humanista. Assim eram também, com misturas variadas desses ingredientes de socialismo conservador, as outras grandes figuras do movimento fabril: Sadler, Southey e Lorde Shaftesbury. Mas o pressentimento das perdas ameaçadoras pecuniárias que impelia o grosso de seus seguidores tinha realmente bons fundamentos: os exportadores de Manchester logo começaram a clamar por salários mais baixos, que significariam cereais mais baratos - a abolição da Speenharnland e o desenvolvimento das fábricas realmente prepararam o caminho para o sucesso da agitação que envolveu as Anti-Corn Laws em 1846. Entretanto, por razões fortuitas, a ruína da agricultura na Inglaterra foi retardada durante toda uma geração. Enquanto isso, Disraeli baseou o socialismo Tory num protesto contra a Poor Law Reform Act, e os latifundiários conservadores da Inglaterra impuseram técnicas de vida radicalmente novas à sociedade industrial. A Ten Hours Bill (Lei das Dez Horas) de 1847, que Karl Marx aplaudiu como a primeira vitória do socialismo, foi obra de reacionários esclarecidos.

[8] Dicey, A. V., *op. cit*,. P. 226.

Os próprios trabalhadores não eram praticamente um fator nesse grande movimento cujo resultado, falando figurativamente, era perrnitir-lhes sobreviver à Passagem Intermediária. Eles tinham tão pouco a dizer na determinação de seu próprio destino como a carga negra dos navios de Hawkins. E, no entanto, foi precisamente esta falta de participação ativa por parte da classe trabalhadora britânica na decisão do seu próprio destino que determinou o curso da história social inglesa e tornou-a, para melhor ou para pior, tão diferente da do continente.

Existe um toque peculiar no que diz respeito aos incitamentos não-dirigidos, às excitações e erros de uma classe nascente, cuja verdadeira natureza a história já revelou há tempos. Politicamente, a classe trabalhadora britânica foi definida pela Parliamentary Reform Act de 1832, que recusou-lhe o voto. Economicamente, pela Poor Law Reform Act de 1834, que excluiu-a da assistência social e separou-a dos indigentes. Durante algum tempo, ainda, a futura classe trabalhadora britânica estava em dúvida quanto a sua salvação, se ela não estaria, afinal de contas, num retorno à existência rural e às condições do artesanato. Nas duas décadas seguintes à Speenharnland, seus esforços se concentraram em parar o livre uso da maquinaria, quer reforçando as cláusulas de aprendizado do Statute of Artificers, quer pela ação direta, como no ludismo. Essa atitude aparentemente atrasada prolongou-se como uma corrente subterrânea durante o movimento owenita, até o final da década de 1940, quando a Ten Hours Bill, o eclipse do cartismo e o início da Idade de Ouro do capitalismo obliteraram a visão do passado. Até então a classe trabalhadora britânica, in statu nascendi era um enigma para si mesma e somente quando se acompanha, com toda a compreensão, suas agitações serni-inconscientes é que se pode avaliar a imensidade da perda que a Inglaterra sofreu com a exclusão da classe trabalhadora de uma participação igualitária na vida nacional. Quando O owenismo e o cartismo se consumiram, a Inglaterra tornou-se mais pobre naquela substância a partir da qual o ideal anglo-saxão de uma sociedade livre poderia ter sido estruturado durante os séculos vindouros.

Mesmo se o movimento owenita tivesse se restringido apenas a atividades locais, de pouca monta, ele poderia ter-se tornado um monumento à imaginação criativa da raça. Mesmo se o cartismo jamais tivesse ido além dos limites daquele núcleo que concebera a idéia de um "feriado nacional" para obter os direitos do povo, ele poderia ter demonstrado que algumas pessoas ainda podiam sonhar seus próprios sonhos, e tomavam a medida de uma sociedade que

havia esquecido a forma do homem. Todavia, este não foi o caso nem de um nem de outro. O owenismo não foi a inspiração de uma seita insignificante, nem o cartismo se restringiu a uma elite política; ambos os movimentos incluíam centenas de milhares de profissionais e artesãos, operários e trabalhadores e, com seus inúmeros adeptos, podem se classificar entre os maiores movimentos sociais da história moderna. No entanto, diferentes como eram, semelhantes apenas na medida do seu fracasso, eles serviram para provar como era inevitável, desde o primeiro momento, a necessidade de proteger o homem contra o' mercado.

O movimento owenita não foi originalmente nem político nem da classe trabalhadora. Ele representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina. Na sua essência, ele visava àquilo que pode nos parecer como um desvio do capitalismo. Uma fórmula como essa teria que ser um tanto equívoca, sem dúvida, uma vez que o papel organizador do capital e a natureza de um mercado auto-regulável ainda eram desconhecidos. Entretanto, talvez ela expresse melhor o espírito de Owen, que enfaticamente não era um inimigo da máquina. Ele acreditava que o homem continuaria a ser o seu próprio patrão, a despeito da máquina; o princípio da cooperação ou "sindicato" resolveria o problema da máquina sem sacrificar nem a liberdade individual nem a solidariedade social, nem a dignidade do homem ou a sua simpatia para com seus semelhantes.

A força do owenismo estava no fato da sua inspiração ser eminentemente prática, porém seus métodos se baseavam numa apreciação do homem como um todo. Embora os problemas fossem, intrinsecamente, os da vida cotidiana, como a qualidade do alimento, a habitação e a educação, o nível dos salários, a fuga ao desemprego, a ajuda na doença e outros similares, os temas envolvidos eram tão amplos como as forças morais para as quais apelavam. A convicção de que a existência do homem poderia ser restaurada, se fosse descoberto o método certo, permitiu que as raízes do movimento penetrassem naquela camada profunda onde se forma a própria personalidade. Raramente surgiu um movimento social menos intelectualizado com objetivo semelhante; as convicções daqueles que nele se engajavam imbuíam de significado até mesmo as atividades mais aparentemente triviais, de forma que não era necessário um credo organizado. Na verdade a sua fé era profética, pois insistia em métodos de reconstrução que transcendiam a economia de mercado.

O owenismo foi uma religião da indústria, cujo portador era a classe trabalhadora.[9] sua riqueza de formas e iniciativas não teve rival. Ele foi, praticamente, o iniciador do movimento sindicalista moderno. Sociedades cooperativas eram fundadas e se ocupavam principalmente das vendas a varejo a seus membros. Não se tratava, certamente, de cooperativas de consumidores regulares, mas de lojas sustentadas por elementos entusiastas, determinados a devotar os lucros do empreendimento à continuidade dos planos owenitas, preferindo-as à organização das Villages of Cooperation. "Suas atividades eram tanto educacionais e propagandistas como comerciais; seu objetivo era a criação de uma Nova Sociedade através de seus esforços conjuntos". As "Union Shops" criadas pelos membros dos sindicatos profissionais eram mais da natureza de cooperativas de produtores, e os artesãos desempregados podiam lá encontrar trabalho ou, em caso de greves, ganhar algum dinheiro ao invés do pagamento de greve. No "Labour Exchange" owenita, a idéia da loja cooperativa se desenvolveu numa instituição sui generis. No coração do Exchange ou Bazar havia confiança na natureza complementar das profissões; provendo as necessidades uns dos outros, os artesãos poderiam se emancipar das altas e baixas do mercado, era o que se pensava. Mais tarde, isto se fez acompanhar da utilização de notas de trabalho, que tinham uma circulação considerável. Um tal artifício pode nos parecer fantástico, hoje em dia, mas, na época de Owen, não só o caráter do trabalho assalariado como também das notas bancárias permanecia inexplorado.

O socialismo não era essencialmente diferente desses projetos e invenções que fervilhavam no movimento bentharnita. Tanto a oposição rebelde quanto a respeitável classe média estavam numa atmosfera experimental. O próprio Jeremy Bentham investiu no futurístico esquema educacional de Owen, em New Lanark, e apurou um dividendo. As Sociedades Owenitas propriamente ditas eram associações ou clubes que se destinavam a apoiar os planos das Villages of Co-operation, que já descrevemos em relação à assistência social aos pobres. Esta foi a origem da' cooperativa dos produtores agrícolas, uma idéia que teve uma carreira longa e destacada. A primeira organização nacional de produtores com objetivos sindicalistas foi a Operative Builders' Union, que tentou regulamentar diretamente o negócio das construções criando "construções na escala mais extensa possível", introduzindo

[9] Cole, G.D.H., *Robert Owen*, 1925, uma obra sobre a qual nos apoiamos decisivamente.

uma moeda própria e exibindo os meios de realizar "a grande associação para a emancipação das classes produtivas". As cooperativas de produtores industriais do século XIX datam desse empreendimento. Foi do Builders' Union ou Guild e seu "Parlamento" que surgiu consolidado o ainda mais ambicioso Trades Union que, durante um curto prazo, abrangeu quase um milhão de trabalhadores e artesãos na sua frouxa federação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Sua idéia era a revolta industrial por meios pacíficos, o que não parecerá uma contradição se nos lembrarmos que, no messiânico amanhecer do seu movimento, a mera conscientização da sua missão parecia tornar irresistível as aspirações do povo trabalhador. Os mártires de Tolpuddle pertenciam a uma filial rural dessa organização.

A propaganda a favor de uma legislação fabril foi levada a efeito pelas Regeneration Societies; estas foram as pioneiras do movimento secularista, embora mais tarde fossem fundadas sociedades éticas. A idéia da resistência não violenta se desenvolveu plenamente no meio delas. Como o saint-simonisrno na França, o owenismo na Inglaterra mostrou todas as características de uma inspiração espiritual. Entretanto, enquanto Saint-Simon trabalhava por um renascimento do Cristianismo, Owen foi o primeiro adversário do Cristianismo entre os líderes da classe trabalhadora moderna. As cooperativas de consumidores da Grã-Bretanha, que encontraram imitadores em todo o mundo, foram certamente a iniciativa mais eminentemente prática do owenismo. O fato de ter perdido seu ímpeto - ou tê-lo mantido apenas na esfera periférica do movimento de consumidores - foi a maior derrota individual das forças espirituais na história da Inglaterra industrial. Todavia, um povo que, após a degradação moral do período do Speenharnland, ainda possuía a exuberância exigida por um esforço criador tão imaginativo e ininterrupto, deve ter possuído um vigor intelectual e emocional quase ilimitado.

No owenismo, com a sua consideração do homem como um todo, ainda restava algo daquela herança medieval de vida corporativa que encontrou sua expressão na Builders' Guild e no cenário rural do seu ideal social, as Villages of Co-operation, Embora tenha sido a fonte do socialismo moderno, suas proposições não se baseavam no tema da propriedade, que é o aspecto legal apenas do capitalismo. Atingido o novo fenômeno da indústria, como havia feito Saint-Simon, ele reconheceu o desafio da máquina. Mas o traço característico do owenismo foi sua insistência na abordagem *social:* ele se recusava a aceitar a divisão da sociedade em esferas econômica e política e, em conseqüência, rejeitava a ação

política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como a força organizadora da sociedade, e isto Owen recusava-se a fazer. Seu gênio reconheceu que a incorporação da máquina só era possível numa nova sociedade. O aspecto industrial das coisas, para ele, não se restringia ao econômico (isto teria implicado uma visão de mercado da sociedade que ele rejeitava).

Em Lanark lhe havia ensinado que na vida do trabalhador o salário era apenas um entre muitos outros fatores, como as circunvizinhanças natural e doméstica, a qualidade e os preços das mercadorias, a estabilidade do emprego e a segurança na posse da terra. (As fábricas de New Lanark, como algumas outras firmas antes delas, conservavam seus empregados na folha de pagamento mesmo quando não havia trabalho para eles.) Mas havia muito mais nesse ajuste. A educação das crianças e dos adultos, a provisão de lazer, a dança e a música e a suposição geral de que uma moral elevada e padrões pessoais para velhos e jovens criavam a atmosfera na qual a população industrial como um todo atingia um novo status. Milhares de pessoas de toda a Europa (e até mesmo da América do Norte) visitavam New Lanark como se ela fosse uma reserva do futuro na qual fora consumado o feito impossível de dirigir um negócio fabril bemsucedido com uma população humana. E, no entanto, a firma de Owen pagava salários consideravelmente menores do que algumas cidades vizinhas. Os lucros de New Lanark derivavam principalmente da grande produtividade do trabalho em menos horas, em conseqüência de uma excelente organização e de trabalhadores repousados, vantagens que compensavam o aumento dos salários reais incluídos em provisões generosas para uma vida decente. Só esta última pode explicar os sentimentos de quase adulação que os trabalhadores tinham para com Owen. Foi a partir de experiências como essas que ele extraiu a abordagem social, isto é, maiorque-econômica, do problema da indústria.

É mais um tributo à sua visão o fato de que, a despeito dessa perspectiva compreensiva, ele apreendeu a natureza incisiva dos fatos físicos concretos que dominavam a existência do trabalhador. Seu senso religioso se revoltava contra o transcendentalismo prático de uma Hannah More e suas Cheap Repository Tracts. Um deles exaltava o exemplo de uma moça mineira do Lancashire. Ela fora levada para o poço na idade de nove anos, para empurrar o carrinho junto com seu irmão, dois anos mais novo.[10] "Ela o seguia (seu pai) alegremente no poço de carvão,

[10] More, H., *The Lancashire Colliery Girl*, maio de 1795; cf. Hammond, J. L. E B., *The Town Labourer*, 1917, p. 230.

enterrando-se nas profundezas da terra e lá, numa tenra idade, sem usar seu sexo como desculpa, ela acompanhava o trabalho dos mineiros, uma raça de homens bastante rude mas muito útil para a comunidade". O pai foi morto num acidente no poço, diante dos filhos. Ela então pediu emprego como criada, mas havia um preconceito contra ela porque havia sido mineira, e ela não conseguiu o emprego. Felizmente, através dessa reconfortante compensação que transforma as aflições em bênçãos, seu caráter e paciência atraíram a atenção, foram feitas indagações na mina, e as recomendações foram tão elevadas que ela conseguiu o emprego. "Esta história", conclui o folheto, "pode ensinar ao pobre que é raro ele se encontrar numa condição de vida tão baixa que o impeça de atingir algum grau de independência ao procurar esforçar-se, e que não pode existir uma situação tão indigna que impeça a prática de muitas virtudes nobres." As irmãs More preferiam trabalhar entre operários famintos mas se recusavam a se interessar sequer pelos seus sofrimentos físicos. Elas procuravam solucionar o problema físico do industrialismo simplesmente concedendo status e função aos trabalhadores do alto da sua magnanimidade. Hannah More insistia que o pai da sua heroína era um membro útil da comunidade; a situação da filha foi reconhecida pela compreensão dos seus patrões. Hannah More acreditava que nada mais era preciso para o funcionamento de uma sociedade.[11]

Owen afastou-se de um Cristianismo que renunciara à tarefa de dominar o mundo do homem, e preferia exaltar o status e a função imaginários da desgraçada heroína de Hannah More em vez de enfrentar a terrível revelação que transcendia o Novo Testamento - a condição do homem numa sociedade complexa. Ninguém pode duvidar da sinceridade que inspirava a convicção de Hannah More de que quanto mais rapidamente o pobre admitisse a sua condição de degradação, mais facilmente ele se voltaria para o consolo do céu, o único em que ela confiava tanto para a salvação do pobre como para o perfeito funcionamento de uma sociedade de mercado na qual ela acreditava firmemente. Mas esses cascos vazios de Cristianismo, nos quais vegetava a vida interior dos mais generosos representantes das classes superiores, faziam um contraste deficiente com a fé criativa daquela religião de diligência em cujo espírito o povo comum da Inglaterra tentava redimir a sociedade. O capitalismo, porém, ainda tinha um futuro à sua frente.

---

[11] Cf. Drucker, P.F., *The End of Economic Man*, 1939, p. 93, nos English Evangelicalls; e *The Future of Industrial Man*, 1942, pp. 21 e 194 sobre statutus e função.

O movimento cartista apelava para um conjunto de impulsos tão diferentes que sua emergência quase poderia ser predita após o fracasso prático do owenismo e de suas iniciativas prematuras. Ele foi um esforço puramente político que tentou ganhar influência no governo atravé de canais constitucionais. Sua tentativa de pressionar o governo mantinha a linha tradicional do movimento da reforma que havia garantido o voto para as classes médias. Os Six Points of the Charter (Seis Pontos da Carta Magna) exigiam um sufrágio popular efetivo. A rigidez intransigente com que o Parlamento reformulado rejeitou esta extensão do voto durante um terço de século, o uso da força em razão do apoio da massa em favor da Carta Magna, a contrariedade dos liberais da década de 1840 em relação à idéia de um governo popular, tudo isso prova que o conceito de democracia era estranho às classes médias inglesas. Somente depois que a classe trabalhadora aceitou os princípios de uma economia capitalista e os sindicatos profissionais fizeram do pleno funcionamento da indústria a sua preocupação máxima foi que as classes médias concederam o voto aos trabalhadores mais bem situados. Isto só ocorreu, porém, muito tempo depois que o movimento cartista declinara e havia a certeza de que os trabalhadores não tentariam usar esse privilégio a serviço de quaisquer idéias próprias. Do ponto de vista da difusão de formas de existência do mercado, isto encontra justificativa pois ajudou a superar os obstáculos apresentados pelas formas subservientes de vida orgânica e tradicional entre o povo trabalhador. Nada foi feito, porém, em relação à tarefa totalmente diversa de restabelecer o povo comum, cujas vidas haviam sido desenraizadas na Revolução Industrial, e introduzi-lo no desdobramento de uma cultura nacional comum. Não havia mais como recuperar a posição pois o investimento que fizeram com o voto ocorrera justamente na ocasião em que já fora infligido um dano irreparável à capacidade do povo de participar da liderança. As conclusões dominantes haviam cometido o erro de ampliar o princípio da inflexível dominação de classe para abarcar um tipo de civilização que exigia a unidade cultural e educacional da comunidade para não ser vítima de influências degenerativas.

O movimento cartista era político e, portanto, mais fácil de compreender do que o owenismo. Todavia, é difícil apreender a intensidade emocional, ou até mesmo a amplitude desse movimento, sem se fazer alguma referência imaginativa à época. As décadas de 1789 e 1830 fizeram da revolução uma instituição regular na Europa. Em 1848, a data do levante de Paris já havia sido prevista em Berlim e

Londres com uma precisão muito mais comum em relação à abertura de uma feira do que de uma sublevação social, e revoluções "de reforço" estouraram prontamente em Berlim, Viena, Budapeste e algumas cidades da Itália. Em Londres também havia grande tensão pois todos, inclusive os próprios cartistas, esperavam uma ação violenta para compelir o Parlamento a conceder o voto ao povo. (Menos de 15% dos homens adultos tinham direito ao voto.) Em toda a história da Inglaterra jamais ocorreu semelhante concentração de forças, de prontidão para a defesa da lei e da ordem, do que em 12 de abril de 1848. Nesse dia, centenas de milhares de cidadãos foram investidos de autoridade policial especial para enfrentar os cartistas. A revolução de Paris, porém, chegou tarde demais para assegurar a vitória de um movimento popular na Inglaterra. Nessa ocasião, já se dissipava o espírito de revolta acirrado pela Poor Law Reform Act e pelo sofrimento causado pela fome da década de 1840. A onda do comércio ascendente incrementava o emprego e o capitalismo começava a cumprir a sua parte. Os cartistas se dispersaram pacificamente. O caso deles não foi sequer considerado pelo Parlamento, a não ser em data posterior, quando sua proposta foi derrotada por uma maioria de cinco a um na Câmara dos Comuns. Foi em vão que recolheram milhões de assinaturas; foi em ão que os cartistas se comportaram como cidadãos obedientes à lei. Seu movimento foi ridicularizado pelos vencedores a ponto de se extinguir. Assim terminou o maior esforço político do povo da glaterra para fazer desse país uma democracia popular. Um ou dois os mais tarde, o cartismo já estava praticamente esquecido.

Revolução Industrial chegou ao continente meio século mais tarde. Lá a classe trabalhadora não havia sido forçada a abandonar a terra por um movimento de cercamento. Ao contrário, foi o atrativo dos salários os e da vida urbana que levaram o trabalhador agrícola semi-servil a donar a pequena propriedade e migrar para a cidade, onde ele se associou à classe média baixa tradicional, e teve oportunidade de adquirir uma tonalidade urbana. Longe de se sentir rebaixado, ele se sentiu levado pelo seu novo ambiente. É fora de dúvida que as condições de radia eram abomináveis e o alcoolismo e a prostituição imperaram tre os estratos mais baixos dos trabalhadores citadinos até o início do século XX. Todavia, não havia comparação entre a catástrofe moral e tural do foreiro ou posseiro inglês, de ancestralidade decente, que se riu afundar, sem defesa, no lamaçal social e físico das favelas, na vizinhança de alguma fábrica e os eslovacos ou o trabalhador agrícola da

Pomerânia que se transformava, quase que da noite para o dia, de peão morador de estábulo, em operário industrial de uma metrópole moderna. Um trabalhador irlandês ou galês, ou um montanhês da Escócia podia passar por uma experiência semelhante vadiando pelas ruas de Manchester ou Liverpool, mas o filho de um pequeno proprietário rural inglês ou foreiro despedido certamente não sentia o seu status mais elevado. Não foi apenas o lábrego camponês do continente, recentemente emancipado, que tivera a oportunidade de ascender para as classes médias baixas dos profissionais e comerciantes, com suas antigas tradições culturais. Até a burguesia, socialmente muito acima dele, politicamente se situava no mesmo nível, tão afastada das fileiras da classe dominante como o próprio camponês. As forças da ascendente classe média e da classe trabalhadora se aliavam estreitamente contra a aristocracia feudal e o episcopado romano. A intelligentsia, principalmente os estudantes universitários, cimentava a união entre essas duas classes no seu ataque comum contra o absolutismo e o privilégio.

Na Inglaterra, as classes médias, tanto os proprietários rurais e os mercadores do século XVII, como os fazendeiros e os comerciantes do século XIX, eram fortes o bastante para reivindicar sozinhos os seus direitos, e não procuraram o apoio dos trabalhadores nem mesmo durante o seu esforço quase revolucionário de 1832. Além disso, a aristocracia inglesa procurava assimilar os recém-chegados mais ricos, alargando os níveis mais altos da hierarquia social, enquanto no continente, a aristocracia, ainda semifeudal, não permitia o casamento de seus pares com a burguesia, e a ausência da instituição da primogenitura isolava-a hermeticamente das outras classes. Assim, cada passo bemsucedido em direção à igualdade de direitos e das liberdades beneficiava tanto as classes médias continentais como as classes trabalhadoras. Desde 1830, ou talvez desde 1789, fazia parte da tradição continental contar com a ajuda da classe trabalhadora nas batalhas da burguesia contra o feudalismo, ainda que - como diz o ditado - a classe média lhe roubasse depois os frutos da vitória. No entanto, quer a classe trabalhadora ganhasse ou perdesse, sua experiência se fortalecia e seus objetivos se elevavam a um nível político. É isto o que significa adquirir uma consciência de classe. As ideologias marxistas cristalizaram a perspectiva do trabalhador urbano, a quem as circunstâncias ensinaram a usar sua força industrial e política como arma de uma política mais ambiciosa. Enquanto os trabalhadores britânicos adquiriam uma experiência incomparável nos problemas pessoais e sociais do sindicalismo, inclusive as táticas e as estratégias da ação industrial, e deixavam a política

nacional para os seus superiores, o trabalhador da Europa Central tornva-se um socialista político, acostumado a lidar com os problemas do estado - é verdade que, basicamente, aqueles que visavam seus prórios interesses, tais como leis fabris e legislação social.

Se decorreu um espaço de tempo de cerca de meio século entre a industrialização da Grã-Bretanha e a do continente, transcorreu um espaço ainda maior na organização da unidade nacional. A Itália e a Alemanha só chegaram ao estágio da unificação durante a segunda metade do século XIX, unificação essa que a Inglaterra já alcançara séculos antes, e os estados menores da Europa Oriental só alcançaram ainda mais tarde. As classes trabalhadoras desempenharam um papel vital nesse processo de construção do estado, o que fortaleceu ainda mais a sua experiência política. Numa era industrial, um processo como esse não podia deixar de compreender também uma política social. Bismarck procurou a unificação do Segundo Reich introduzindo um esquema de legislação social que marcou época. A unidade italiana foi ativada pela nacionalização das ferrovias. Na monarquia austrohúngara, esse conjunto de raças e povos, a própria coroa apelou repetidas vezes para o apoio das classes trabalhadoras na tarefa de realizar a centralização e a unidade imperial. Assim, através da sua influência na legislação, os partidos socialistas e os sindicatos profissionais encontraram muitas aberturas para atender aos interesses do trabalhador industrial também nessa esfera mais ampla.

As prevenções materialistas toldaram os contornos do problema da classe trabalhadora. Os autores britânicos achavam difícil compreender a terrível impressão que as condições capitalistas primitivas no Lancashire causavam aos observadores continentais. Eles apontavam para os padrões de vida ainda mais baixos de muitos artesãos da Europa Central nas indústrias têxteis, cujas condições de trabalho eram talvez tão ruins como a de seus camaradas ingleses. Entretanto, tal comparação obscureceu um ponto saliente, precisamente aquele que foi a ascensão no status social e político do trabalhador no continente, em contraste com a queda nesse status ocorrida na Inglaterra. O trabalhador continental não havia sofrido a pauperização degradante da Speenharnland e nem havia, na sua experiência, qualquer paralelo com a provação arrasadora da New Poor Law. Ele mudara - ou se elevara do seu status de servo feudal para a condição de operário fabril e, logo depois, e com participação política, para a de operário sindicalizado. Assim, ele escapou à catástrofe cultural que seguiu na esteira da Revolução Industrial na Inglaterra. Além disso, o continente foi industrializado

numa época em que já se tornara possível o ajuste às novas técnicas produtivas, graças , quase que exclusivamente, à imitação dos métodos ingleses de proteção social.[12]

O trabalhador continental não precisava tanto de proteção contra o impacto da Revolução Industrial - num sentido social, nunca ocorreu semelhante coisa no continente - mas sim contra a ação normal das condições fabris e do mercado de trabalho. Isto ele conseguiu principalmente com a ajuda da legislação, enquanto seus camaradas britânicos confiavam mais na associação voluntária - sindicatos profissionais e seu poder de monopolizar o trabalho. Relativamente, o seguro social chegou muito mais cedo ao continente do que à Inglaterra. A diferença se explica através da inclinação política continental pela concessão do voto às massas trabalhadoras do continente em época comparativamente anterior. Embora a diferença entre métodos de proteção compulsório e voluntário - legislação versus sindicalismo - possa ser facilmente exagerada do ponto de vista econômico, do ponto de vista político as suas conseqüências foram amplas. No continente, os sindicatos profissionais foram uma criação do partido político da classe trabalhadora; na Inglaterra, o partido político foi uma criação dos sindicatos profissionais. Enquanto no continente o sindicalismo se tornou mais ou menos socialista, na Inglaterra até mesmo o socialismo político permaneceu essencialmente sindicalista. Assim, enquanto na Inglaterra o sufrágio universal tendeu a aumentar a unidade nacional, no continente ele teve algumas vezes o efeito oposto. Foi no continente, e não na Inglaterra, que se tornaram realidade os pressentimentos de Pitt e Peel, de Tocqueville e Macaulay de que um governo popular envolveria uma ameaça para o sistema econômico.

Do ponto de vista econômico, os métodos de proteção social ingleses e continentais levaram a resultados quase idênticos. Eles atingiram aquilo a que se propunham: a ruptura do mercado para aquele fator de produção conhecido como força de trabalho. Um tal mercado só atenderia a seus propósitos se os salários fossem paralelos aos preços. Em termos humanos um tal postulado implicava uma extrema instabilidade de vencimentos para o trabalhador, a ausência completa de padrões profissionais e a facilidade abjeta de ser impelido e empurrado indiscriminadamente, urna completa dependência às fantasias do mercado.

---

[12] Knowles, L., *The Industrial and Commercial Revolution in Great Britain During the 19th Century*, 1926.

Mises argumentou, com razão, que se os trabalhadores "não agissem como sindicalistas profissionais mas reduzissem suas exigências e mudassem suas localizações e ocupações de acordo com os requisitos do mercado de trabalho, eles poderiam eventualmente encontrar trabalho". Isto resume a situação vigente sob um sistema baseado no postulado do caráter de mercadoria do trabalho. Não cabe à mercadoria decidir onde será oferecida à venda, para que finalidade será usada, a que preço ser-lhe á permitido trocar de mãos, e de que maneira ela deve ser consumida ou destruída. "Não ocorreu a ninguém", escreveu esse liberal convicto, "que a falta de salários seria um termo melhor que a falta de emprego, porque o que falta à pessoa desempregada não é o trabalho mas a remuneração do trabalho." Mises estava certo, embora não houvesse qualquer originalidade na sua alegação; 150 anos antes dele dizia o bispo Whately: "Quando o homem pede trabalho, ele não está pedindo o trabalho mas o salário." Falando tecnicamente, é verdade que "o desemprego nos países capitalistas se deve ao fato de que tanto a política do governo como a dos sindicatos profissionais objetiva manter um nível de salários que não combina com a produtividade do trabalho existente". Como poderia haver desemprego, perguntava Mises, a não ser pelo fato de que os trabalhadores "não querem trabalhar pelo salário que podem obter num mercado de trabalho, para esse trabalho particular que são capazes e desejam executar"? Isto esclarece o que significa realmente a insistência dos patrões em favor da mobilidade da mão-de-obra e da flexibilidade dos salários: precisamente aquilo que circunscrevemos acima como um mercado, no qual o trabalho humano é uma mercadoria.

O objetivo natural de toda a proteção social era destruir tal instituição e tornar impossível a sua existência. Com efeito, só se poderia permitir que o mercado de trabalho conservasse a sua função principal desde que os salários e as condições de trabalho, os padrões e as regulamentações pudessem resguardar o caráter humano da suposta mercadoria, o trabalho. Argumentar que a legislação social, as leis fabris, o seguro desemprego e, acima de tudo, os sindicatos profissionais não interferiram com a mobilidade da mão-de-obra e a flexibilidade dos salários, como ocorre algumas vezes, é deixar implícito que essas instituições falharam redondamente em seu propósito, que foi exatamente interferir com as leis da oferta e da procura em relação ao trabalho humano, afastando-o da órbita do mercado.

15

MERCADO E NATUREZA

Aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-Ia e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais.

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. Por outro lado, Um Grande Mercado é uma combinação de vida econômica que inclui mercados para os fatores da produção. Uma vez que esses fatores não se distingam dos elementos das instituições humanas, homem e natureza, pode-se ver claramente que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado.

O pressuposto é tão utópico em relação à terra como em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigência de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado.

Mais uma vez, é na área da colonização moderna que se tor manifesto o verdadeiro significado de um tal empreendimento. É irrelevante,

às vezes, se o colonizador precisa da terra em função das riquezas nela contidas ou se ele deseja obrigar os nativos a produzir um excedente de alimentos e matérias-primas. E nem faz muita diferença se o nativo trabalha sob a supervisão direta do colonizador ou apenas coagido por uma compulsão indireta, o fato é que qualquer que seja o caso, o sistema social e cultural da vida nativa tem que ser arrasado, antes de mais nada.

Existe uma estreita analogia entre a situação colonial de hoje em dia e a da Europa Ocidental de um ou dois séculos passados. A mobilização da terra, que pode ter sido comprimida em alguns poucos anos ou décadas nas regiões exóticas, pode ter levado o mesmo número de séculos na Europa Ocidental.

O desafio se originou do crescimento de outras formas do capitalismo, além das puramente comerciais. Com os Tudors, na Inglaterra, surgiu o capitalismo agrícola e sua necessidade de um tratamento individualizado para a terra, inclusive as conversões e os cercamentos. Já no início do século XVIII surgiu o capitalismo industrial que - tanto na França como na Inglaterra - foi basicamente rural e precisava de locais para seus moinhos e o alojamento dos trabalhadores. Mais poderosa ainda, embora afetasse mais o uso da terra do que a sua propriedade, foi a ascendência das cidades industriais, com sua exigência praticamente ilimitada de alimentos e matérias-primas durante o século XIX.

Superficialmente, havia pouca semelhança nas respostas a esses desafios e, no entanto, eles foram estágios na subordinação da superfície do planeta às exigências de uma sociedade industrial. O primeiro estágio foi a comercialização do solo, mobilizando o rendimento feudal da terra. O segundo foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas orgânicas, para atender às exigências, em escala nacional, de uma produção industrial em rápido crescimento. O terceiro foi estender esse sistema de produção excedente aos territórios de alémmar e coloniais. Com esse último passo, a terra e sua produção se inseriram finalmente no esquema de um mercado auto-regulável.

A comercialização do solo foi apenas um outro nome para a liquidação do feudalismo, que se iniciou nos centros urbanos ocidentais, inclusive na Inglaterra, no século XIV e terminou cerca de quinhentos anos mais tarde, no decurso das revoluções européias, quando foram abolidos os remanescentes da servidão feudal. Tirar o homem da terra significava reduzir o corpo econômico a seus elementos, de forma que cada elemento pudesse inserir-se naquela parte do sistema onde fosse

mais útil. O novo sistema se organizou, de início, lado a lado com o antigo, que ele tentou assimilar e absorver através da manutenção do controle daquela terra ainda ligada a laços pré-capitalistas. O seqüestro feudal da terra foi abolido. "O objetivo era a eliminação de todas as reivindicações por parte das organizações de vizinhança ou de parentesco, principalmente as da viril estirpe aristocrática assim como as da Igreja - reivindicações que isentavam a terra da comercialização ou da hipoteca".[1] Parte desse objetivo foi atingido pela força individual e a violência, parte por revoluções do alto ou de baixo, parte pela guerra e a conquista, parte pela ação legislativa, parte por pressão administrativa, parte pela ação espontânea de pessoas privadas, em pequena escala, ao longo de muito tempo. O fato desse transtorno ser rapidamente absorvido ou causar um ferimento aberto no corpo social dependeu basicamente das medidas tomadas para regular o processo. Os próprios governos introduziram fatores poderosos de mudança e ajustamento. A secularização das terras da Igreja, por exemplo, foi um dos fundamentos do estado moderno até a época do Risorgimento italiano e, bem a propósito, ele foi um dos meios principais da transferência ordenada da terra para as mãos de indivíduos privados.

Os maiores passos isolados foram dados pela Revolução Francesa e pelas reformas benthamitas das décadas de 1830 e 1840. "A condição mais favorável para a prosperidade da agricultura", escreveu Bentham, aparece quando não há entraves, doações inalienáveis, terras comuns, direitos de redenção, dízimos ... " Uma tal liberdade no tratamento da propriedade, especialmente a propriedade da terra, era parte essencial da concepção benthamita de liberdade individual. Ampliar essa liberdade, de qualquer maneira, foi o objetivo e o resultado da legislação do tipo dos Prescriptions Acts, dos Inheritance Act, Fines and Recoveries Act, Real Property Act, do amplo Enclosure Act de 1801 e seus sucessores.[2] assim como os Copyhold Acts de 1841 até 1926. Na França, e em grande parte do continente, o Code Napoléon instituiu formas de propriedade para a classe média, transformando a terra em bem comerciável e tornando a hipoteca um contrato civil privado.

O segundo passo, que superou o primeiro, foi a subordinação da terra às necessidades de uma população urbana em rápida expansão. Embora o solo não possa ser mobilizado fisicamente, a sua produção

---

[1] Brinkmann, C., "Das soziale System dês Kapitalismus", *Grundriss der Sozialökonomik*, 1924.
[2] Dicey, A. V., op. cit.,p. 226

pode, se os meios de transporte e a lei permitem. "Assim, a mobilidade dos bens compensa, de alguma forma, a falta de mobilidade inter-regional dos fatores; ou (o que é a mesma coisa) o comércio atenua as desvantagens da distribuição geográfica inconveniente dos recursos produtivos".[3] Uma noção como essa era totalmente estranha à perspectiva tradicional. "Nem na antiguidade, nem no princípio da Idade Média e isto deve ser afirmado enfaticamente - eram regularmente comprados e vendidos os bens da vida cotidiana".[4] Suponha-se que os excedentes de cereais aprovisionariam a vizinhança, especialmente a cidade local, e até o século XV os mercados de trigo tinham uma organização estritamente local. Todavia, o crescimento das cidades induziu os senhores de terra a produzir basicamente para a venda no mercado e na' Inglaterra - o crescimento das metrópoles compeliu as autoridades a abrandar as restrições sobre o comércio do trigo e permitir-lhe tornar-se regional, embora nunca nacional.

A aglomeração das populações nas cidades industriais, na segunda metade do século XVIII, mudou completamente a situação - primeiro em escala nacional, depois em escala mundial.

Efetuar essa transformação foi o verdadeiro significado do livre comércio. A mobilização do produto da terra se estendeu do campo vizinho para as regiões tropical e subtropical - a divisão do trabalho industrial-agrícola foi aplicada ao planeta. O resultado foi que os povos de zonas distantes foram engolfados pelo turbilhão da mudança, cujas origens eram obscuras para eles, enquanto as nações européias se tornavam dependentes de uma integração, ainda não garantida na vida da humanidade, para as suas atividades cotidianas. Com o livre comércio, as novas e tremendas casualidades da interdependência planetária ganharam corpo.

O escopo da defesa social contra o deslocamento total foi tão amplo quanto a frente do ataque. Embora a lei comum e a legislação apressassem a mudança em certas ocasiões, elas a atrasaram em outras. Todavia, a lei comum e a lei estatutária não atuavam necessariamente na mesma direção em qualquer tempo dado.

---

[3] Ohlin, B., Interregional and International Trade, 1935, p. 42.
[4] Bücher, K., Entstehung der Volkwirtschaft, 1904. Cf também Penrose, E. F. , *Population Theories and their Application*, 1934, que cita Longfield, 1834, como a primeira menção da idéia de que os movimentos das mercadorias podem ser vistos como substitutos para movimentos dos fatores de produção.

A lei comum desempenhou um papel eminentemente positivo no advento do mercado de trabalho - a teoria do trabalho como mercadoria foi apresentada em primeiro lugar, e enfaticamente, não por economistas, mas por advogados. Também no caso das combinações de trabalho e da lei de conspiração, a lei comum favoreceu um mercado livre de trabalho, embora isto significasse restringir a liberdade de associação dos trabalhadores organizados.

No que diz respeito à terra, porém, a lei comum abandonou o seu papel de encorajadora da mudança, opondo-se a ela. Durante os séculos XVI e XVII, era mais freqüente a lei comum insistir no direito do proprietário de melhorar a sua terra em seu proveito, mesmo que isto implicasse um grave deslocamento de habitações e emprego. Como sabemos, no continente esse processo de mobilização estava sob a jurisdição da lei romana, enquanto na Inglaterra a lei comum se fez valer e conseguiu diminuir o abismo entre os direitos restritos da propriedade medieval e da propriedade individual moderna, sem sacrificar o princípio da lei jurídica, vital para a liberdade constitucional. Por outro lado, desde o século XVIII a lei comum da terra atuava como preservadora do passado em face da legislação modernizadora. Os benthamitas, porém, acabaram conseguindo o seu intento e, entre 1830 e 1860, a liberdade de contrato foi estendida à terra. Essa po ero tendência só se inverteu na década de 1870, quando a legislação alterou radicalmente o seu curso. Havia começado o período "coletivista".

A inércia da lei comum foi deliberadamente acentuada por estatutos expressamente votados para proteger as habitações e as ocupações das classes rurais contra os efeitos da liberdade de contrato. Desenvolveu-se um amplo esforço para assegurar algum grau de higiene e salubridade na moradia dos pobres, fornecer-lhes loteamentos, conceder-lhes a oportunidade de fugir das favelas e respirar o ar fresco da natureza, o "parque dos cavalheiros". Infelizes irlandeses e favelados londrinos eram salvos do guante das leis de mercado através de atos legislativos destinados a proteger suas habitações contra o monstro - o progresso. No continente, foi principalmente a lei estatutária e a ação administrativa que salvaram o rendeiro, o camponês, o trabalhador agrícola dos efeitos mais violentos da urbanização. Prussianos conservadores, como Rodbertus, cujo 'socialismo Junker influenciou Marx, eram irmãos de sangue dos democratas Tory da Inglaterra .

Surgiu, assim, o problema da proteção para as populações agrícolas de países e continentes inteiros. O comércio livre internacional, sem barreiras, deveria necessariamente eliminar organismos cada vez mais

compactos de produtores agrícolas.[5] Esse processo inevitável de destruição se agravava ainda mais com a descontinuidade inerente ao desenvolvimento dos meios de transporte modernos, demasiado dispendiosos para se estenderem às novas regiões do planeta, a menos que a recompensa fosse bastante alta. Realizados os grandes investimentos a construção de navios a vapor e ferrovias, continentes inteiros se abriam e uma avalanche de cereais invadiu a infeliz Europa. Isto contrariava o prognóstico clássico: Ricardo transformara num axioma que a terra mais fértil se consolidaria primeiro. Numa ironia espetacular, as ferrovias encontraram terras mais férteis nas antípodas. A Europa entral, temendo a destruição total da sua sociedade rural, se viu forçada a proteger o seu campesinato introduzindo leis do trigo.

Entretanto, se os estados organizados da Europa podiam se proteger contra a repercussão do comércio livre internacional, o mesmo não ocorria com os povos coloniais, politicamente não organizados. A revolta contra o imperialismo foi principalmente uma tentativa dos povos exóticos de alcançar o status político necessário para protegê-Ios das distorções sociais causadas pelas políticas comerciais européias. A proteção de que o homem branco podia assegurar-se com facilidade, pelo status soberano de suas comunidades, estava fora do alcance do homem de cor enquanto Ihe faltasse o pré-requisito - o governo político.

As classes comerciais patrocinavam a exigência de mobilização da terra. Cobden deixou estarrecidos os senhores rurais da Inglaterra com sua descoberta de que cultivar a terra era um "negócio" e aqueles que estavam falidos deveriam abandoná-Ia. As classes trabalhadoras foram conquistadas pelo livre comércio quando se tornou aparente que ele tornava o alimento mais barato. Os sindicatos profissionais se tornaram os bastiões do antiagrarianismo e o socialismo revolucionário estigmatizou o campesinato do mundo como massa indiscrirninada de reacionários. A divisão internacional do trabalho foi um credo progressista, sem dúvida, e seus adversários eram recrutados, muitas vezes, entre aqueles cujo julgamento já estava viciado por interesses investidos ou por falta de inteligência natural. As poucas mentes independentes e desinteressadas que descobriram as falácias do comércio livre irrestrito eram em número demasiado pequeno para causar qualquer impacto.

[5] Borkenau, F., *The Totalitarian Enemy*, 1939, capítulo Towards Collectivism.

Todavia, as suas conseqüências não foram menos reais pelo fato de não terem sido reconhecidos conscientemente. Com efeito, a grande influência exerci da pelos interesses fundiários na Europa Ocidental e a sobrevivência de formas de vida feudal na Europa Central e Oriental durante o século XIX têm uma explicação cabal na função protetora vital dessas forças ao retardarem a mobilização da terra. A questão surgia sempre: o que permitiu à aristocracia feudal do continente manter sua influência num estado de classe média, quando já havia perdido as funções militar, jurídica e administrativa às quais deviam a sua ascendência? A teoria das "sobrevivências" aparecia às vezes corno explicação, mercê da qual' instituições sem função ou certas características podem continuar a existir em virtude da inércia. Todavia, seria mais correto dizer que nenhuma instituição jamais sobrevive à sua função quando parece fazê-lo, é porque ela atende a alguma outra função, ou funções que não precisam incluir a original. Assim, o feudalismo e o conservadorismo fundiário mantiveram a sua força enquanto serviram um propósito que, por acaso, foi o de restringir os efeitos desastrosos da mobilização da terra. Nessa ocasião, os adeptos do livre comércio já haviam esquecido que a terra era parte do território do país, e que o caráter territorial de soberania não era apenas um resultado de associações sentimentais porém de fatos concretos, inclusive fatos econômicos. "Em contraste com os povos nômades, o cultivador se incumbe de aperfeiçoamentos determinados para um lugar particular. Sem esses aperfeiçoamentos a vida humana continuaria a ser elementar e pouco diferente da dos animais. E quão grande foi o papel desempenhado por essas benfeitorias na história humana! São elas as terras limpas e cultivadas, as casas e outras construções, os meios de comunicação, a fábrica multiforme necessária à produção, inclusive a indústria e a mineração, todos os aperfeiçoamentos permanentes e irremovíveis que ligam urna comunidade humana à localidade em que se situa. Eles não podem ser improvisados, têm que ser construídos gradualmente, por gerações de esforço paciente, e a comunidade não pode se permitir sacrificá-Ios e começar novamente em outro lugar. Daí o caráter territorial da soberania que impregna nossas concepções políticas".[6] Durante um século essas verdades óbvias foram ridicularizadas.

O argumento econômico podia se ampliar facilmente, de forma a englobar as condições de segurança e estabilidade ligadas à integridade

---

[6] Hawtrey, R.G., The Economic Problem, 1933.

do solo e dos seus recursos - o vigor e a perseverança da população, a abundância de alimentos, a quantidade e o caráter dos materiais de defesa, até mesmo o clima do país, que podia sofrer com o desnudamento das florestas, as erosões e as dunas, tudo aquilo que, em última análise, depende do fator terra, embora nenhuma das quais responda ao mecanismo de oferta e procura do mercado. Dado um sistema inteiramente dependente das funções do mercado para a defesa das suas necessidades existenciais, a confiança voltar-se-á naturalmente para aquelas forças fora do sistema de mercado capazes de proteger os interesses comuns ameaçados por aquele sistema. Essa perspectiva combina com a apreciação que fazemos das verdadeiras fontes de influência da classe: ao invés de tentar explicar os acontecimentos que ocorrem, contrariamente à tendência geral da época, através da influência (inexplicável) das classes reacionárias, preferimos explicar a influência de tais classes pelo fato de que elas, embora casualmente, apóiam os acontecimentos só aparentemente contrários ao interesse geral da comunidade. O fato dos seus próprios interesses serem quase sempre bem atendidos por uma tal política apenas oferece mais uma ilustração da verdade do fato de que as classes conseguem se aproveitar, desproporcionalmente, daqueles mesmos serviços que parecem prestar à comunidade como um todo.

A Speenhamland aparece como exemplo. O proprietário rural que dominava a aldeia descobriu uma forma de diminuir a alta dos salários rurais e a distorção que ameaçava a estrutura tradicional da vida aldeã. A longo prazo, o método escolhido estava fadado a produzir os resultados mais nefastos. Os proprietários rurais, porém, não poderiam manter os seus métodos a não ser que, ao fazê-lo, eles tenham ajudado o país como um todo a enfrentar o vagalhão da Revolução Industrial.

No continente da Europa o protecionismo agrário também foi uma necessidade. As forças intelectuais mais ativas da época, porém, estavam engajadas numa aventura que modificou seu ângulo de visão, de forma a lhes ocultar o verdadeiro significado da condição agrária. Sob as circunstâncias, um grupo capaz de representar os interesses rurais ameaçados poderia adquirir uma influência fora de proporção com o seu número. O contramovimento protecionista na verdade conseguiu estabilizar o campo europeu e enfraquecer o fluxo em direção às cidades, que era o tormento da época. A reação foi a beneficiária de uma função socialmente útil que lhe coube executar. A mesma função que permitiu às classes reacionárias da Europa jogar com os sentimentos tradicionais em sua luta por tarifas agrárias foi responsável, na América do Norte, cerca de meio século mais

tarde, pelo sucesso da TVA e outras técnicas sociais progressistas. As mesmas necessidades da sociedade que beneficiaram a democracia no Novo Mundo fortaleceram a influência da aristocracia no Velho Mundo.

A oposição à mobilização da terra foi o pano de fundo sociológico na luta entre o liberalismo e a reação que constituiu a história política da Europa continental no século XIX. Nessa luta, os militares e o clero mais elevado eram aliados das classes fundiárias, que haviam praticamente perdido suas funções mais imediatas na sociedade. Essas classes estavam prontas para qualquer solução reacionária do impasse ao qual ameaçava conduzir a economia de mercado e seu corolário, o governo constitucional, já que, por tradição e ideologia, elas não estavam ligadas às liberdades públicas e regras parlamentares.

Em resumo, o liberalismo econômico estava aferrado ao estado liberal, enquanto o mesmo não ocorria com os interesses fundiários esta foi a fonte do seu significado político permanente no continente, que produziu as correntes cruzadas da política prussiana sob Bismarck, que alimentou a revanche clerical e militarista na França, que garantiu a influência da aristocracia feudal na corte do império dos Habsburgs, que fez da Igreja e do exército os guardiães dos tronos em derrocada. Uma vez que a ligação sobreviveu às duas gerações críticas que John Maynard Keynes uma vez indicou como a alternativa prática da eternidade.ta terra e a propriedade fundiária recebiam agora a pecha de um preconceito congênito de reação.(A Inglaterra do século XVIII, com o seu livre comércio Tory e seus pioneiros agrários, já estava tão esquecida quanto os açambarcadores Tudors e seus métodos revolucionários de ganhar dinheiro com a terra. Os senhores de terra fisiocratas, da França e da Alemanha, com seu entusiasmo pelo comércio livre, foram obliterados da mentalidade pública pelo preconceito moderno do atraso permanente do cenário rural. Herbert Spencer, para quem uma geração era suficiente como amostra de eternidade, identificava simplesmente o militarismo com a reação. A adaptabilidade social e tecnológica, recentemente demonstrada pelos exércitos japonês, russo e nazista, seria inconcebível para ele.

É claro que tais pensamentos eram limitados pela época. As estupendas realizações industriais da economia de mercado haviam sido atingidas ao preço de grande dano para a substância da sociedade! As classes feudais encontraram aí uma oportunidade para recuperar parte do prestígio perdido, transformando-se em defensoras das virtudes da terra e dos seus cultivadores. No romantismo literário, a natureza havia feito uma aliança com o passado; no movimento agrário do século XIX, o

feudalismo tentava, e às vezes com sucesso, recuperar seu passado apresentando-se como o guarclião do habitat do homem, o solo. Se o perigo não fosse genuíno, o estratagema não surtiria efeito.

O exército e a Igreja também adquiriram prestígio por estarem aptos a "defender a lei e a ordem", agora mais vulneráveis, enquanto a classe média dominante não estava aparelhada para garantir essa exigência da nova economia. O sistema de mercado era mais alérgico a tumultos do que qualquer outro sistema econômico que conhecemos. Os governos Tudors dependiam dos tumultos para chamar a atenção para as reclamações locais; alguns líderes podiam ser enforcados, mas não havia outros danos. A ascensão do mercado financeiro significou uma ruptura total nessa atitude; após 1797, o tumulto deixou de ser um aspecto popular da vida londrina e seu lugar foi sendo ocupado, gradualmente, por reuniões nas quais, pelo menos no princípio, era escasso o número de participantes, pois do contrário elas seriam dissolvidas.[7] O rei prussiano que proclamou que manter a paz era o primeiro e mais importante dever do súdito ficou famoso por esse paradoxo que, no entanto, logo tornou-se um lugar-comum. No século XIX, os rompimentos da paz, se feitos por multidões armadas, eram considerados rebelião incipiente e um grande perigo para o estado: as ações entravam em colapso e não havia mais fundo para os preços. Uma desordem com tiroteio nas ruas da metrópole podia destruir parte substancial do capital nacional nominal. E, no entanto, as classes médias eram antirnilitares; a democracia popular se orgulhava de dar voz às massas. No continente a burguesia ainda se apegava à lembrança da sua juventude revolucionária, quando ela própria enfrentara uma aristocracia tirânica nas barricadas. O campesinato, menos contaminado pelo vírus liberal, foi casualmente reconhecido como o único estrato que os apoiaria na manutenção "da lei e da ordem". Compreendeu-se que uma das funções da reação era manter as classes trabalhadoras em seu lugar, de forma a não ocorrer pânico nos mercados. Embora esse serviço fosse exigido com pouca freqüência, a disponibilidade do campesinato como defensor do direito de propriedade era um trunfo para a área agrária.

[7] Trevelyan, G. M., *History of England*, 1926, p. 533. “A Inglaterra, sob Walpole, ainda era uma aristrocracia temperada por tumultos.” A canção “The Riot”, do “depósito” de Hannah More, foi escrita “em novemta e cinco, um ano de escassez e alarme” – foi o ano da Speenhamland. Cf. The Repository Tracts, vol I, Nova York, 1835. Tam´bem The Library, 1940, quarta série, vol. XX, p. 295 da “Cheap Repository Tracts “1795-1798)”.

A história da década de 1920 não poderia ter outra explicação. Na Europa Central, quando a estrutura social ruiu sob a pressão da guerra e da derrora, só a classe trabalhadora estava apta para a tarefa de manter as coisas em andamento. Assim, em todos os lugares, atribuiu-se poder aos sindicatos profissionais e partidos social-democratas: a Áustria, a Hungria e até mesmo a Alemanha foram declaradas repúblicas, embora não se soubesse da existência de um partido republicano ativo em qualquer desses países. Entretanto, logo que passou o período mais agudo da dissolução e os serviços dos sindicatos profissionais se tornaram supérfluos, as classes médias tentaram excluir as classes trabalhadoras de toda influência na vida pública. Esta é conhecida como a fase contra-revolucionária do período pós-guerra. Na verdade, jamais existiu o perigo real de um regime comunista, pois os operários estavam organizados em partidos e sindicatos ativamente hostis aos comunistas. (Na Hungria o episódio bolchevista foi literalmente imposto ao país, quando a defesa contra a invasão francesa não deixou outra alternativa à nação.) O perigo não era o bolchevismo, mas o desprezo às regras da economia de mercado por parte dos sindicatos profissionais e partidos da classe trabalhadora, numa emergência. Sob uma economia de mercado, as interrupções às vezes inofensivas da ordem pública e das práticas comerciais podiam representar uma ameaça letal,[8] já que podiam acarretar a quebra do regime econômico do qual a sociedade dependia, para o seu pão cotidiano. Isto explica a mudança marcante ocorrida em alguns países, de uma supostamente iminente ditadura do operariado industrial para a verdadeira ditadura do campesinato. Durante a década de 1930 o campesinato determinou a política econômica de uma série de estados nos quais normalmente desempenharia um papel modesto. Mas ele era agora a única classe apta a manter a lei e a ordem, no sentido moderno muito revigorado do termo.

O agrarianismo feroz da Europa pós-guerra é apenas uma ilustração do tratamento preferencial dispensado à classe camponesa por razões políticas. Desde o movimento Lappo, na Finlândia, até o *Heimwehr* austríaco, os camponeses provaram ser os campeões da economia de mercado, o que os tornou politicamente indispensáveis. A escassez de alimentos nos primeiros anos do pós-guerra, à qual muitas vezes se credita a ascendência deles, na verdade pouco teve a ver com isto. A Áustria, por exemplo, para poder beneficiar financeiramente os camponeses, teve que baixar

[8] Hayes, C., A Generation of Materialism, 1870-1890, observa qaue a maioria dos estados individuais, pelo menos na Europa Central e Ocidental, possuía agora uma estabilidade interna aparentemente exagerada.

seus padrões alimentícios impondo taxações aos cereais, embora dependesse fortemente das importações para atender as suas exigências alimentares. O interesse camponês tinha que ser defendido a todo custo, ainda que o protecionismo agrário significasse miséria para os habitantes da cidade e um custo irracionalmente elevado da produção para as indústrias de exportação. A classe dos camponeses, anteriormente pouco influente, ganhou assim uma ascendência bastante desproporcional à sua importância econômica. O medo do bolchevismo era a força que tornava inexpugnável a sua posição política. Esse receio, porém, como vimos, não era o medo de uma ditadura da classe trabalhadora - não havia qualquer perspectiva de algo remotamente semelhante - mas o medo de uma paralisia na economia de mercado, a menos que fossem eliminadas do cenário político todas as forças que, sob coação, poderiam colocar de lado as regras do jogo de mercado. Enquanto os camponeses eram a única classe capaz de eliminar essas forças, seu prestígio permaneceu elevado e eles puderam exercer pressão sobre a classe média urbana. Entretanto, com a consolidação do poder do estado e - mesmo antes disso - com a arregimentação da classe média baixa urbana para a formação das tropas de choque fascistas, a burguesia se libertou da sua dependência ao campesinato e o prestígio desse último decaiu rapidamente. Uma vez neutralizado ou diminuído o "inimigo interno", nas cidades e fábricas, o campesinato foi relegado à sua modesta posição anterior na sociedade industrial.

A influência dos grandes proprietários rurais não partilhou porém desse eclipse. Um fator mais constante trabalhava a seu favor - a crescente importância militar da auto-suficiência agrícola. A Grande Guerra havia tornado públicos os fatos estratégicos básicos, e a dependência irrestrita ao mercado mundial cedeu lugar a uma acumulação pânica da capacidade de produzir alimentos. A "reagrarianização" da Europa Central, iniciada pelo medo bolchevique, foi completada sob o signo da autarquia. Além do argumento do "inimigo interno", havia agora o do "inimigo externo". Os economistas liberais, como sempre, viam apenas uma aberração romântica provocada por doutrinas econômicas pouco sólidas, quando, na realidade, os acontecimentos políticos despertavam até mesmo as mentes mais simples para a irrelevância das considerações econômicas em face da dissolução iminente do sistema internacional. Genebra prosseguia nas suas fúteis tentativas de convencer os povos de que se precaviam contra perigos imaginários e que, se todos agissem em uníssono, o livre comércio poderia ser restaurado e beneficiaria a todos. Na atmosfera curiosamente crédula da época, muitos consideravam que a solução do problema econômico (o que quer que isto significasse) não evitaria apenas a ameaça de

guerra mas a afastaria para sempre. Uma paz de cem anos havia criado uma muralha intransponível de ilusões, que ocultava os fatos. Os autores desse período se excediam pela falta de realismo. O estado-nação era considerado um preconceito paroquial por A. J. Toynbee, a soberania, uma ilusão ridícula por Ludwig von Mises, a guerra, um cálculo errado dos negócios por Norman Angell. A percepção da natureza fundamental dos problemas da política caiu a um nível sem precedentes.

O livre comércio, que em 1846 havia sido combatido e fora vitorioso com as Com Laws, oitenta anos mais tarde, foi combatido novamente e desta vez perdeu em relação ao mesmo assunto. Desde o seu início, o problema da autarquia assombrava a economia de mercado. Assim os liberais econômicos exorcizavam o espectro da guerra e baseavam ingenuamente seu caso no pressuposto de uma economia de mercado indestrutível. Passou despercebido que seus argumentos apenas demostravam quão grande era o perigo para a segurança de um povo depender de uma instituição tão frágil como um mercado autoregulável. O movimento autárquico da década de 1920 foi essencialmente profético: ele mostrou a necessidade de se ajustar ao desaparecimento de uma ordem. A guerra revelara o perigo e os homens agiram em conformidade com ele mas, como agiram dez anos mais tarde, a ligação entre causa e efeito foi descartada como irracional. "Por que proteger-se contra perigos ultrapassados?" Era o comentário de muitos contemporâneos. Essa lógica capenga não obscureceu apenas a compreensão da autarquia mas também do fascismo, muito mais importante. Na verdade, ambos eram explicados pelo fato de que, quando a mente comum recebe a impressão de um perigo, o medo permanece latente enquanto não se removem as suas causas.

Sustentamos que as nações da Europa jamais superaram o choque da experiência de guerra que confrontou-as, inesperadamente, com os perigos da interdependência. O comércio foi retomado em vão, e foi em vão que uma série de conferências internacionais exibiu idílios da paz e que dúzias de governos se declararam a favor do princípio da liberdade de comércio - nenhum povo podia esquecer que nem uma moeda sólida, nem um crédito ilimitado poderia salvá-lo do seu desamparo, a menos que ele tivesse a posse dos seus próprios alimentos e de fontes de matérias-primas ou a garantia do acesso militar a eles. Nada havia de mais lógico do que a solidez dessa consideração fundamental que modelou a política das comuni dades. A fonte do perigo não fora removida, por que esperar então que o medo se dissipasse?

Uma falácia semelhante enganava aqueles críticos do fascismo - e eles eram a grande maioria - que o descreviam como uma extravagância isenta de qualquer ratio político. Mussolini alegava ter evitado o bolchevismo na Itália, dizia-se, mas as estatísticas comprovaram que a onda de greves já havia diminuído mais de um ano antes da Marcha sobre Roma. Trabalhadores armados haviam ocupado as fábricas em 1921, admitia-se, mas seria essa uma razão válida para desarrná-los em 1923, quando eles já haviam abandonado, há muito, os muros onde montavam guarda? Hitler sustentava ter salvo a Alemanha do bolchevismo. Mas não se podia demonstrar, então, que o fluxo de desemprego que precedera a sua ascensão a chanceler já havia diminuído antes mesmo da sua subida ao poder? Alegar que ele havia impedido aquilo que não mais existia quando ele apareceu, como se argumentava então, era contrário à lei de causa e efeito que também deve contar na política.

Na verdade, tanto na Alemanha quanto na Itália, a estória do período imediato pós-guerra provou que o bolchevismo não tinha mais a remota possibilidade de sucesso. Mas ele provou também, conclusivamente, que, numa emergência, a classe trabalhadora, seus sindicatos profissionais e partidos podiam abandonar as regras do mercado que estabeleciam a liberdade do contrato e a santidade da propriedade privada como algo absoluto uma possibilidade que poderia ter os efeitos mais deletérios sobre a sociedade, desencorajando investimentos, impedindo a acumulação do capital, mantendo os salários em nível não-remunerativo, ameaçando a moeda, minando o crédito estrangeiro, enfraquecendo a confiança e paralisando o empreendimento. A fonte do medo latente que, numa conjuntura crucial, se transformou no pânico fascista, não foi o perigo ilusório de uma revolução comunista mas o fato inegável de que as classes trabalhadoras estavam em posição de forçar intervenções possivelmente ruinosas.

Os perigos que ameaçam o homem e a natureza não podem ser separados simplesmente. As reações da classe trabalhadora e do campesinato à economia de mercado levaram ao protecionismo, a primeira principalmente sob a forma de uma legislação social e leis fabris, a última sob a forma de tarifas agrárias e leis fundiárias. Todavia, havia essa importante diferença: numa emergência, os fazendeiros e os camponeses da Europa defenderam o sistema de mercado que a política das classes trabalhadoras ameaçava. Embora a crise do sistema inerentemente instável fosse acarretada por ambas as alas do movimento protecionista, os estratos sociais ligados à terra estavam inclinados a um compromisso com o sistema de mercado, enquanto a ampla classe do trabalho não se furtava a quebrar suas regras e desafiá-lo abertamente.

16

MERCADO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

O próprio negócio capitalista também teve que ser protegido do funcionamento irrestrito do mecanismo de mercado. Isto deveria dissipar a suspeita que os termos simples, "homem e natureza", às vezes despertam nas mentes sofisticadas, que procuram denunciar toda conversa sobre proteção ao trabalho e à terra como o produto de idéias antiquadas ou como simples camuflagem de interesses investidos.

Na verdade, no caso da empresa produtiva, o perigo era tão real e objetivo como no do homem e no da natureza. A necessidade de proteção surgiu em decorrência da maneira pela qual se organizou o fornecimento de dinheiro sob um sistema de mercado. O Banco Central moderno foi, de fato, um artifício desenvolvido basicamente com o propósito de oferecer proteção e sem ele o mercado teria destruído seus próprios filhos, as empresas comerciais de todos os tipos. Foi essa forma de proteção, porém, que contribuiu mais imediatamente para a queda do sistema internacional.

Enquanto são bastante óbvios os perigos que ameaçaram a terra e o trabalho com a voragem do mercado, os perigos para os negócios inerentes a um sistema monetário, não são prontamente apreendidos. Se os lucros dependem dos preços, então os ajustes monetários dos quais os preços dependem têm que ser vitais para o funcionamento de qualquer sistema motivado pelo lucro. A longo prazo, as mudança nos preços de venda não precisam afetar o lucro, pois os custos subirão ou descerão de forma correspondente; isto não ocorre, porém, a curto prazo, pois deve transcorrer num lapso de tempo antes que se

modifiquem os preços fixados contratualmente. Entre estes está o preço do trabalho que, como muitos outros preços, seria fixado por contrato, naturalmente. Assim, se o nível de preço baixasse durante um tempo considerável, por razões monetárias, (o negócio correria o risco da liquidação, acompanhada pela dissolução da organização produtiva e a destruição maciça do capital. O perigo não era, portanto, os baixos preços mas a queda desses preços. Hume tornou-se fundador da teoria quantitativa do dinheiro com suas descobertas de que os negócios não são afetados se a quantidade de dinheiro diminuir pela metade, pois os preços simplesmente se ajustarão à metade do seu nível anterior. Mas ele se esqueceu de que o negócio poderia ser destruído durante o processo.

Esta é a razão, facilmente compreensível, por que um sistema de dinheiro como mercadoria, tal como o mecanismo do mercado tende a produzir sem interferência externa, é incompatível com a produção industrial.Íá mercadoria dinheiro é simplesmente uma mercadoria que pode funcionar como dinheiro e, portanto, em princípio, sua quantidade não pode ser aumentada de forma alguma, exceto diminuindo a quantidade das mercadorias que não funcionam como dinheiro' Na prática, a mercadoria dinheiro é geralmente o ouro ou a prata, cuja quantidade pode ser aumentada, mas pouco, a curto prazo Entretanto, a expansão da produção e do comércio, desacompanhada de um aumento na quantidade de dinheiro, deve causar uma queda no nível dos preços - precisamente o tipo de deflação ruinosa que temos em mente. A escassez do dinheiro era uma queixa permanente e grave das comunidades mercadoras do século XVII. Em época primitiva já se desenvolvera um tipo de dinheiro convencional, para proteger o comércio contra as deflações forçadas que acompanhavam o uso das espécies, quando aumentava o volume dos negócios. Não era possível uma economia de mercado sem a mediação desse dinheiro artificial.

A dificuldade real surgiu com a necessidade de câmbios externos estáveis e a conseqüente introdução do padrão-ouro, aproximadamente à época das guerras napoleônicas. Os câmbios estáveis se tornaram fundamentais para a própria existência da economia inglesa; Londres se tornara o centro financeiro de um crescente comércio mundial. Entretanto, só a mercadoria dinheiro poderia servir a essa finalidade, pela razão óbvia de que um dinheiro convencional, seja bancário ou de curso forçado, não pode circular em solo estrangeiro. Daí entrar em evidência o padrão-ouro - o nome aceito para um sistema de mercadoria internacional, dinheiro.

Sabemos que a espécie é um dinheiro inadequado para propósitos domésticos, justamente porque ela é uma mercadoria e sua quantidade não pode ser aumentada a bel-prazer. A quantidade de ouro disponível pode ser aumentada de alguns por cento durante um ano, porém não por muitas dezenas em poucas semanas, como pode ocorrer numa expansão súbita de transações. Na falta de um dinheiro convencional, os negócios teriam que ser cerceados ou levados a efeito a preços muito mais baixos, provocando um colapso e criando o desemprego.

A sua forma mais simples, o problema era o seguinte: a mercadoria dinheiro era vital para a existência do comércio exterior, e o dinheiro convencional, para a existência do comércio doméstico. Até que ponto eles concordavam um com o outro?

Nas condições do século XIX, o comércio exterior e o padrão-ouro tiveram uma prioridade indiscutível sobre as necessidades dos negócios domésticos. O funcionamento do padrão-ouro exigia o rebaixamento dos preços domésticos sempre que o câmbio era ameaçado de depreciação. Uma vez que a deflação surge através das restrições do crédito, segue-se que o funcionamento da mercadoria dinheiro interferia com o funcionamento do sistema de crédito. Este era um perigo permanente para os negócios. Todavia, estava inteiramente fora de questão abandonar completamente o dinheiro convencional e restringir o meio circularte à mercadoria dinheiro, pois esse remédio seria pior que a doença.

O Banco Central abrandou muito esse defeite-do dinheiro de crédito. Centralizando o fornecimento de crédito num país era possível impedir o deslocamento total dos negócios e do emprego, .envolvidos na deflação, e organizar a deflação de modo a absorver o choque e distribuir sua carga sobre todo o país. Na sua função normal, o banco estava amortecendo os efeitos imediatos das retiradas de ouro sobre a circulação d9. notas, bem como sobre a circulação diminuída de papéis de negócios.'

O banco podia usar vários métodos. Os empréstimos a curto prazo podiam cobrir a brecha provocada pela perdas de ouro a curto prazo e evitar a necessidade de restringir o crédito. Mesmo quando as restrições de crédito eram inevitáveis, como acontecia muitas vezes, a atuação do banco tinha um efeito amortecedor: a elevação da taxa bancária, assim como as operações de mercado aberto distribuíam os efeitos das restrições por toda a comunidade, enquanto o encargo das restrições era transferido para os ombros mais fortes.

Observemos o caso crucial da transferência de pagamentos unilaterais de um país para outro, como os que podiam ser provocados por

uma mudança na demanda de tipo de alimentos, de domésticos para estrangeiros.' O ouro que precisa ser remetido para o exterior, agora, em pagamento dos alimentos importados, teria sido usado para pagamentos dentro do país e sua falta deve causar uma queda nas vendas domésticas e uma conseqüente baixa nos preços! Chamaremos de "transacional" a esse tipo de deflação, pois ela se espalha de uma firma individual para outra, de acordo com suas transações comerciais fortuitas. A difusão da deflação alcançará, por fim, as firmas de exportação, atingindo assim o excedente exportável que representa a transferência "real". O prejuízo e dano causado à comunidade em geral serão muito maiores do que os estritamente necessários para atingir esse excedente exportável. Sempre existem firmas a ponto de poderem exportar, que precisam apenas do incentivo de uma pequena redução nos custos para "lançar-se ao ataque", e essa redução pode ser alcançada na forma mais econômica, distribuindo a deflação levemente sobre toda a comunidade de negócios.

Esta foi, precisamente, uma das funções do Banco Central. A grande pressão da sua política de descontos e mercado aberto forçou a baixa mais ou menos eqüitativa dos preços domésticos, e permitiu às firmas "a ponto de exportar" retomarem ou aumentarem as exportações, enquanto apenas as firmas menos eficientes eram obrigadas a liquidar. A transferência "real" seria obtida, assim, à custa de um deslocamento em quantidade muito menor do que o necessário para atingir o mesmo excedente exportável através do método irracional dos choques, acidentais e muitas vezes catastróficos, transmitidos pelos estreitos canais da "deflação transacional".

O fato de que, apesar da utilização desses mecanismos para minorar os efeitos da deflação, o resultado ser, cada vez mais, uma completa desorganização dos negócios e o conseqüente desemprego em massa, representa a mais poderosa de todas as acusações ao padrão-ouro.

O caso do dinheiro revelou uma analogia muito real à do trabalho e da terra. A aplicação da ficção da mercadoria a cada um deles levou à sua inclusão efetiva no sistema de mercado, enquanto se desenvolveram, ao mesmo tempo, graves riscos para a sociedade. No caso do dinheiro, a ameaça era à empresa produtiva, cuja existência era arriscada por qualquer queda no nível de preços provocada pelo uso da mercadoria dinheiro. Aqui também medidas de proteção tiveram que ser tomadas e o resultado foi colocar fora de ação o mecanismo autodiretivo do mercado.

O Banco Central reduziu o automatismo do padrão-ouro a uma simples pretensão. Ele significava uma direção central para o meio circulante

e a substituição da manipulação pelo mecanismo auto-regulador do fornecimento de crédito, aipda que esse artifício nem sempre tenha ido deliberado e consciente. Reconhecia-se, cada vez mais, que o adrão-ouro internacional só poderia tornar-se auto-regulador se os países abandonassem a instituição bancária central. Um dos adeptos mais sólidos do padrão-ouro, e que defendia essa medida desesperada, era Ludwig von Mises; seu conselho, se seguido, teria transformado as economias nacionais num monte de ruínas.

A maior parte da confusão existente na teoria monetária se devia à eparação entre política e economia, esta característica mar cante de uma sociedade de mercado. Durante mais de um século o dinheiro foi visto como uma categoria puramente econômica, uma mercadoria usada com a finalidade da troca indireta. Se o ouro era a mercadoria preferida, então existia o padrão-ouro. (O atributo "internacional" em relação a esse padrão não tinha qualquer significado pois, para o economista, as nações não existiam; as transações não eram efetuadas entre nações mas entre indivíduos, cuja lealdade política era tão irrelevante como a cor dos seus cabelos.) filicardo doutrinou a Inglaterra do século XIX com a convicção de que o termo "dinheiro" significava um meio de troca, que as notas bancárias eram um simples caso de conveniência, pois sua utilidade consistia em serem mais fáceis de lidar do que o ouro, mas que o seu valor derivava da certeza em que a sua posse nos fornecia os meios de adquirir, a qualquer tempo, a própria mercadoria, ou ouro{ Segue-se daí que o caráter nacional das moedas não tinha qualquer conseqüência, uma vez que elas eram apenas símbolos que representavam a mesma mercadoria.j'Se era imprudente um governo desenvolver qualquer esforço para se apossar do ouro - uma vez que a distribuição dessa mercadoria se regulava no mercado mundial exatamente como qualquer outra -, era ainda mais imprudente imaginar que os símbolos nacionalmente diferentes tinham qualquer relevância para o bem-estar e a prosperidade dos países em questão.

Ora, a separação institucional das esferas política e econômica nunca foi completada, e foi precisamente em relação ao meio circulante que ela se tornou necessariamente incompleta. O estado, cuja Casa da Moeda parecia apenas certificar o peso das moedas, era de fato o fiador do valor do dinheiro convencional, que ele aceitava em pagamento de impostos e outros.Ílisse dinheiro não era um meio de troca, era um meio de pagamento; não era uma mercadoria, era o poder de compra; longe de ter utilidade em si mesmo, ele era apenas um signo que incorporava um dado quantificado em relação às coisas

que podiam ser compradas. É claro que uma sociedade, na qual a distribuição dependia da posse de tais símbolos do poder de compra, era uma construção inteiramente diferente de uma economia de mercado.

Não estamos lidando aqui, sem dúvida, com quadros da atualidade, mas com padrões conceituais utilizados com o fito de esclarecer. Não é possível uma economia de mercado separada da esfera política. Todavia, esta foi a construção subjacente à economia clássica desde David Ricardo e, afastados dela, os seus conceitos e pressupostos seriam incompreensíveis. Segundo esse "planejamento", a sociedade consistia em permutadores individuais que possuíam um conjunto de mercadorias - bens, terra, trabalho e seus compostos. O dinheiro era simplesmente uma das mercadorias, permutada com mais freqüência que outras e, portanto, adquirida com a finalidade de uso na troca. Uma "sociedade" como essa pode parecer irreal, mas ela contém o esqueleto da construção do qual partiram os economistas clássicos.

Um quadro ainda menos completo da atualidade se oferece com a economia do poder de compra.[1] Entretanto, alguns dos seus aspectos se assemelham mais à nossa atual sociedade do gue o paradigma da economia de mercado. Tentemos imaginar a "sociedade" na qual se atribui a cada indivíduo uma quantidade definida de poder de compra, permitindo-lhe considerar como bens cada item que tem uma etiqueta de preço. Numa economia como essa o dinheiro não é uma mercadoria, não tem utilidade em si mesmo, e sua única utilidade é comprar bens que dispõem de uma etiqueta de preços, como ocorre em nossas lojas hoje em dia.

Embora o teorema do dinheiro mercadoria fosse muito superior a seu rival do século XIX, quando as instituições se ajustaram aos padrões de mercado em muitas coisas essenciais, desde o início do século XX a concepção do poder de compra ganhou corpo. Com a desintegração do padrão-ouro, o dinheiro mercadoria praticamente deixou de existir, e foi apenas natural que o concejto de poder de compra do dinheiro o substituísse.

Passando dos mecanismos e conceitos para as forças sociais em jogo, é importante compreender que as próprias classes dominantes emprestaram seu apoio à direção do meio circulante através do Banco Central. Essa direcão não era vista, naturalmente, como uma interferência na instituição do padrão-ouro; pelo contrário, era parte das

[1] A teoria subjacente foi elaborada por F. Schafer, Wellington, Nova Zelândia.

regas do sob o qual deveria funcionar esse padrão. Uma vez que a manutenção do padrão-ouro era axiomátlca, nao era permitido ao mecanismo do Banco Central agir de forma a deixar o país fora do ouro· ao contrário, a diretiva suprema do banco era sempre continuar com o ouro, sob quaisquer circunstâncias, e assim, portanto, não estava envolvida qualquer questão de princípio. Isto só perdurou, porém, enquanto os movimentos do nível de preço em questão eram, no máximo, os insignificantes 2-3% que separavam as chamadas cotações do ouro. Quando se ampliou o movimento do nível interno de preços necessário para manter os câmbios estáveis, quando ele pulou para 10 ou 30%, a situação mudou inteiramente. Esses movimentos descendentes do nível de preço disseminariam a miséria e a destruição. O fato de os meios circulantes serem dirigidos passou a ter importância primordial, pois significava que os métodos do Banco Central eram um caso de política, i.e., algo sobre o qual o organismo político teria que decidir. Com efeito, o grande significado do Banco Central está no fato de a política monetária ter sido introduzida por ele na esfera política. As conseqüências só poderiam ser de grande alcance.

Elas foram de duas ordens. Na área doméstica, a política monetária foi apenas uma outra forma de intervencionismo, e os choques das classes econômicas tendiam a cristalizar-se em torno desse assunto, tão intimamente ligado ao padrão-ouro e aos orçamentos equilibrados. Como veremos, os conflitos internos da década de 1930 se concentraram amiúde nesse tema, que desempenhou um papel importante no crescimento do movimento antidemocrático.

Na área externa, o papel das moedas nacionais foi de importância fundamental, embora esse fato tenha sido pouco reconhecido na época. A filosofia dominante no século XIX era pacifista e internacionalista; "em princípio" todas as pessoas educadas eram comerciantes livres e, com qualificações que nos parecem hoje ironicamente modestas, eles não o eram menos na prática. A fonte dessa perspectiva era econômica, sem dúvida; uma grande dose de genuíno idealismo derivava da esfera da permuta e do comércio - por um supremo paradoxo, os desejos do homem' validavam os seus impulsos mais generosos. Desde a década de 1870, porém, observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse urna ruptura correspondente nas idéias dominantes. O mundo continuava a acreditar no internacionalismo e, na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo ilberal transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no

imperialismo na área externa e no conservadorismo monopolista na área interna. A contradição jamais se revelou tão aguda e tão pouco conscien mo no setor monetário. A crença dogmática no padrão-ouro internacional continuava a arregimentar a ilimitada lealdade dos homens, enquanto, ao mesmo tempo, estabeleciam-se moedas convencionais baseadas na soberania dos vários sistemas de bancos centrais. Sob a égide de princípios internacionais, erguiam-se, inconscientemente, bastiões impregnados de um novo nacionalismo, sob a forma de bancos centrais de emissão.

Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo. O padrão-ouro internacional não podia ser sustentado pelas nações a quem ele supostamente servia, a menos que elas se sentissem seguras contra os perigos com que ele ameaçava as comunidades que a ele aderiram. As comunidades inteiramente monetarizadas não poderiam suportar os efeitos ruinosos das mudanças abruptas no nível dos preços, exigidos pela manutenção de câmbios estáveis, a menos que o choque fosse amortecido pela intermediação de uma política independente de bancos centrais. A moeda convencional nacional era a garantia certa dessa relativa segurança, pois ela permitia ao Banco Central agir como pára-choque entre a economia interna e a externa. Se a balança de pagamentos era ameaçada de insolvência, as reservas e os empréstimos estrangeiros venceriam as dificuldades; se tivesse que ser criado um novo equilíbrio econômico, abrangendo uma queda no nível doméstico dos preços, a restrição do crédito poderia ser distribuída de modo mais racional, eliminando o ineficiente e colocando o encargo sobre o eficiente. A falta desse mecanismo tornaria impossível a qualquer país desenvolvido ficar no ouro sem incorrer no risco de efeitos devastadores sobre o seu bem-estar, seja em termos de produção, renda ou emprego.

Se a classe comercial foi a protagonista da economia de mercado, o banqueiro foi o líder nato dessa classe. O emprego e os vencimentos dependiam da lucratividade dos negócios, mas a lucratividade dos negócios dependia de câmbios estáveis e condições sólidas de crédito, e ambos estavam sob os cuidados do banqueiro. Era parte do seu credo serem os dois inseparáveis. Um orçamento sólido e condições estáveis de crédito interno pressupunham câmbios externos estáveis; os câmbios não podiam ser estáveis a menos que o crédito doméstico fosse seguro. e as finanças internas do estado estivessem equilibrada. Resumindo, a custódia gêmea do banqueiro compreendia uma sólida finança doméstica e a estabilidade externa do meio circulante. Foi por

isto que os banqueiros, como classe, foram os últimos a observar que ambas haviam perdido o seu significado. Na verdade, nada existe de surpreendente tanto na influência dominante dos banqueiros internacionais na década de 1920, como no seu eclipse na década de 1930. Na década de 1920, o padrão-ouro ainda era visto como a precondição de um retorno à estabilidade e à prosperidade e, em conseqüência, nenhuma exigência feita pelos seus guardiães profissionais, os banqueiro , era considerada demasiado pesada, desde que ela prometesse garantir taxas de câmbio estáveis. Quando, após 1929, isto se tornou impossível, a necessidade imperativa era a de um meio circulante interno estável, e ninguém estava tão pouco qualificado a fornecê-lo como o banqueiro.

Em nenhum outro setor foi tão abrupta a queda da economia de mercado como no do dinheiro. As tarifas agrárias, interferindo com a importação dos produtos de terras estrangeiras, destruiu o mercado livre; o estreitamento e a regulação do mercado de trabalho restringiu a barganha àquilo que a lei permitia às partes decidirem. Mas nem no caso do trabalho nem no caso da terra houve uma divisão formal tão súbita e completa no mecanismo de mercado como a que aconteceu na área do dinheiro. Nos outros mercados nada aconteceu de comparável ao abandono o padrão-ouro feito pela Grã-Bretanha em 21 de setembro de 1931; nem mesmo ao acontecimento subsidiário, uma ação Igual por parte da América do Norte em junho de 1933. Embora nessa época a Grande Depressão, que começara em 1929, já hovesse destruído a maior parte do comércio mundial, isto não significou qualquer mudança nos métodos, e nem afetou as idéias dominantes. Todavia, o fracasso final do padrão-ouro foi o fracasso final da economia de mercado.

O liberalismo econômico havia começado uma centena de anos antes, e fora enfrentado por um contramovimento protecionista que atingia, agora, o último bastião da economia de mercado. Um novo conjunto de idéias dominantes desbancava o mundo do mercado auto-regulável. Para estupefação da grande maioria dos contemporâneos, forças insuspeitadas de liderança carismática e de isolacionismo autárquico irromperam e uniram as sociedades sob novas formas.

17

AUTO-REGULAÇÃO IMPERFEITA

No meio do século que decorreu entre 1879 e 1929, as sociedades ocidentais se transformaram em unidades estreitamente ligadas, na qual estavam latentes tensões profundamente inquietantes. A fonte mais imediata dessa transformação foi a auto-regulação imperfeita da economia de mercado. Como a sociedade fora levada a se adaptar ás necessidades do mecanismo de mercado, as imperfeições do funcionamento desse mecanismo criam tensões cumulativas no organismo social.

A auto-regulação imperfeita foi um resultado do protecionismo, Num certo sentido, os mercados são sempre auto-reguláveis, já que eles tendem a produzir um preço que desanuvia o mercado; mas isto de aplica a todos os mercados, sejam livres ou não. Como já tivemos a oportunidade de mostrar, porém, um sistema de mercado auto-regulável implica algo muito diferente, isto é, mercados para os elementos da produção - trabalho, terra e dinheiro. Quando o funcionamento desses mercados ameaça destruir a sociedade, a ação autopreservativa da comunidade visa impedir o seu estabelecimento ou interferir com o seu livre funcionamento, quando já estabelecido.

Os liberais econômicos utilizaram o exemplo norte-americano como prova conclusiva da capacidade de funcionamento de uma economia de mercado. Durante um século, o trabalho, a terra, e o dinheiro foram comerciados nos Estados Unidos com total liberdade e, no entanto, aparentemente não foram necessárias medidas de proteção social; a não ser pelas tarifas aduaneiras, a vida industrial continuava a funcionar sem a interferência do governo.

A explicação é, sem dúvida, bastante simples: o trabalho, a terra, e o dinheiro eram livres. Até a década de 1890 a fronteira estava aberta e havia muita terra disponível; até a Primeira Guerra Mundial o abastecimento da mão-de-obra de baixo padrão fluía livremente[1] e até a virada do século não havia qualquer compromisso de manter os câmbios estrangeiros estáveis. A livre provisão de terra, trabalho e dinheiro continuava disponível, portanto não existia um mercado auto-regulável. Enquanto prevaleceram essas condições, nem o homem, nem a natureza, nem a organização dos negócios precisou de proteção do tipo que somente a intervenção governamental pode fornecer.

Logo que essas condições cessaram de existir, a proteção social começou a manifestar-se. Como as camadas mais baixas de mão-de-obra já não podiam mais ser substituídas, livremente, por uma reserva inesgotável de imigrantes, enquanto suas camadas mais altas eram incapazes de se estabelecer livremente na terra; como o solo e os recursos naturais se tornaram escassos e tinham que ser poupados; como o padrão-ouro foi introduzido a fim de tirar o meio circulante da política e ligar o comércio doméstico ao do mundo, os Estados Unidos logo alcançaram o desenvolvimento europeu de um século: proteção do solo e dos seus cultivadores, seguro social para a mão-de-obra através do sindicalismo e da legislação, e o Banco Central - tudo na escala mais ampla - fez a sua aparição. O protecionismo monetário chegou em primeiro lugar: a criação do Federal Reserve System pretendia harmonizar as necessidades do padrão-ouro e as exigências regionais. A ele se seguiu o protecionismo em relação ao trabalho e à terra. A prosperidade na década de 1920 foi suficiente para acarretar uma depressão tão violenta que, no seu curso, o New Deal começou a cavar um fosso em torno do trabalho e da terra, muito mais amplo do que jamais visto na Europa. Assim, a América do Norte também oferece uma prova cabal, tanto positiva como negativa, da nossa tese de que a proteção social foi o acompanhamento de um suposto mercado auto-regulável.

Nessa ocasião, o protecionismo construía em todos os lugares a couraça da unidade emergente da vida social. A nova entidade foi forjada num molde nacional, mas não teve qualquer outra semelhança com suas predecessoras, as despreocupadas nações do passado. O novo tipo crustáceo de nação expressava sua identidade através de meios circulantes

[1] Penrose, E. F., op. cit. A lei malthusiana só é válida sob o pressuposto de que é limitado o fornecimento de terra.

convencionais, resguardados por um tipo jamais antes conhecido de soberania ciumenta e absoluta. Esses meios circulantes eram também focalizados do exterior, pois foi deles que se construiu o padrão-ouro internacional (o instrumento principal da economia mundial). Se o dinheiro dominava o mundo agora, reconhecidamente, esse dinheiro era estampado com a marca nacional.

Uma tal ênfase sobre nações e meios circulantes seria incompreensível para os liberais, cujas mentes, como de hábito, perdiam as verdadeiras características do mundo em que viviam. Se a nação era por eles considerada um anacronismo, os meios circulantes nacionais não eram sequer dignos de atenção. Nenhum economista da era liberal que se respeitasse duvidava da irrelevância do fato de diferentes pedaços de papel serem chamados de modo diferente, em diferentes lados das fronteiras políticas. Nada era mais simples do que mudar uma denominação pela outra através do uso do mercado cambial, uma instituição que não poderia deixar de funcionar, uma vez que, felizmente, ela não estava sob o controle do estado ou dos políticos. A Europa Ocidental passava por um novo Iluminismo e entre os seus fantasmas estava o conceito "tribal" da nação, cuja suposta soberania era, para os liberais, o resultado de um pensamento paroquial. Até a década de 1930, o Baedecker econômico incluía a informação certa de que o dinheiro era apenas um instrumento de troca e, portanto, não essencial por definição. O ponto cego da mentalidade de mercado era igualmente insensível aos fenômenos da nação e do dinheiro. O comerciante livre foi um nominalista a respeito de ambos.

Essa conexão foi muito significativa, mas passou despercebida na época. Aqui e ali surgiam críticos das doutrinas do livre comércio, assim como críticos das doutrinas monetárias ortodoxas, mas dificilmente alguém reconheceu que esses dois conjuntos de doutrinas estabeleciam o mesmo caso em termos diferentes e, se uma era falsa, a outra também deveria ser. William Cunningham ou Adolph Wagner mostraram as falácias do comércio livre cosmopolita, mas eles não as ligaram ao dinheiro; por outro lado, Macleod ou Gesell atacavam as teorias monetárias clássicas enquanto aderiam a um sistema comercial cosmopolita. A importância constitutiva do meio circulante ao estabelecer a nação como unidade decisiva da época, econômica e política, foi inteIramente menosprezada pelos autores do uminismo liberal, como já ocorrera com seus predecessores do século XVIII em relação à existência da história. Esta foi a posição mantida pelos pensadores econômicos mais brilhantes, de Ricardo a Wieser, de John Stuart Mil a

Marshall e Wicksell, enquanto o fluxo comum dos estudantes era educado para crer que a preocupação com o problema econômico da nação ou do meio circulante marcava uma pessoa com o estigma da inferioridade. Combinar essas falácias na monstruosa proposição de que os meios circulantes nacionais desempenhavam um papel vital no mecanismo institucional da nossa civilização seria julgado um paradoxo despropositado, sem qualquer sentido e significado.

Na verdade, a nova unidade nacional e o novo meio circulante nacional eram inseparáveis. Foi o meio circulante que dotou os sistemas nacional e internacional de seus mecanismos e introduziu no quadro aqueles aspectos que resultaram em derrocada abrupta. O sistema monetário, no qual o crédito se baseava, tornara-se a linha da vida da economia, tanto nacional quanto internacional.

O protecionismo foi um impulso de três gumes. A terra, o trabalho e o dinheiro, cada um deles desempenhou o seu papel, mas, enquanto o trabalho e a terra estavam ligados a estratos sociais definidos, embora - amplos, tais como os trabalhadores ou o campesinato, o protecionismo monetário foi, numa extensão mais ampla, um fator nacional, fundindo às vezes interesses diversos em um todo coletivo. Embora a política monetária pudesse também ao mesmo tempo dividir e unir, o sistema monetário objetivamente era a mais forte entre as forças econômicas que integravam a nação.

O trabalho e a terra foram responsáveis, basicamente, pela legislação social e taxações do trigo, respectivamente. Os fazendeiros protestavam contra os encargos que beneficiavam o trabalhador e elevavam os salários, enquanto os trabalhadores objetavam contra qualquer aumento no preço dos alimentos. Todavia, quando as leis do trigo e as leis do trabalho foram postas em vigor - na Alemanha desde o início dos anos oitenta - tornou-se difícil remover uma sem remover a outra. A relação era ainda mais estreita entre as tarifas agrícolas e as industriais. Desde que a idéia de um protecionista total fora popularizada por Bismarck (1879), a aliança política dos proprietários de terra e dos industriais para a salvaguarda recíproca das tarifas havia sido um aspecto da política alemã; o pacto tarifário era tão comum como a organização de cartéis para garantir benefícios privados a partir das tarifas.

O protecionismo interno e externo, social e nacional, tendia a fundir-se.[2] A elevação do custo de vida provocada pelas leis do trigo induzia

[2] Carr, E. H., *The Twenty Year's Crisis*, 1919-1939,1940

o fabricante a exigir tarifas protetoras, das quais se valia quase sempre para implementar a política de cartéis. Os sindicatos profissionais naturalmente insistiam em salários mais altos para compensar o elevado custo de vida, e não podiam discordar dessas tarifas aduaneiras que permitiam ao patrão atender a uma folha de pagamento inflacionada. Todavia, quando a contabilização da legislação social passou a se basear no nível salarial condicionado pelas tarifas, não se podia mais esperar que os patrões ficassem com o encargo dessa legislação, a menos que se lhes garantisse uma proteção continuada. A propósito, esta foi a tênue base factual da acusação de conspiração coletivista, supostamente responsável pelo movimento protecionista. Todavia, isto representa assumir o efeito como causa. As origens do movimento foram espontâneas e amplamente dispersas mas, uma vez iniciadas, não podiam deixar de criar interesses paralelos que se comprometiam com a sua continuidade.

Mais importante do que a similaridade de interesses foi a difusão uniforme das condições reais criadas pelos efeitos combinados de tais medidas. Embora a vida fosse diferente nos diferentes países, como sempre fora, a disparidade podia ser ligada a atos legislativos e administrativos definidos, de intenção protetora, uma vez que as condições de produção e de trabalho dependiam agora, principalmente, de tarifas, taxações e leis sociais. Antes mesmo que os Estados Unidos e os domínios britânicos restringissem a imigração, o número de emigrantes do Reino Unido já diminuíra, a despeito do severo desemprego, possivelmente em virtude do clima social muito avançado da pátria-mãe.

Se as tarifas aduaneiras e as leis sociais produziam um clima artificial, a política monetária criava condições meteoro lógicas verdadeiramente artificiais, que variavam dia a dia e afetavam cada membro da comunidade nos seus interesses imediatos. O poder integrador da política monetária superava em muito o dos outros tipos de protecionismo, com seu aparato lento e embaraçoso, pois a influência da proteção monetária era sempre ativa e mutável. Aquilo que o homem de negócios, o trabalhador organizado e a dona de casa ponderavam, aquilo que o fazendeiro que planejava a sua colheita, os pais que pesavam as oportunidades dos filhos, os amantes que esperavam casar-se resolviam em suas mentes, levando em conta a favorabilidade da época, era determinado mais diretamente pela política monetária do Banco Central do que por qualquer outro fator isolado. Se isso já era verdade com uma moeda estável, tornou-se incomparavelmente mais verdadeiro quando a moeda se tornou instável, e teve que ser tomada a decisão fatal de inflacionar ou deflacionar. Do ponto de vista político, a identidade

da nação era estabelecida pelo governo; do ponto de vista econômico ela cabia, de direito, ao Banco Central.

Do pomo de vista internacional, o sistema monetário assumiu importância ainda maior, se possível. A liberdade do dinheiro foi o resultado das restrições ao comércio, por mais paradoxal que isto pareça. Quanto mais numerosos se tornaram os obstáculos à movimentação de bens e homens através das fronteiras, tanto mais efetivamente tinha que ser resguardada a liberdade dos pagamentos. Dinheiro a curto prazo era transferido de um ponto do globo para outro, com o aviso de horas; as modalidades de pagamentos internacionais, entre governos e entre corporações privadas ou indivíduos, eram uniformemente reguladas; o repúdio de dívidas externas, ou as tentativas de mexer nas garantias orçamentárias, mesmo por parte de governos atrasados, era considerado um ultraje e punido relegando-se aqueles que não mereciam crédito à total obscuridade. Em todos os assuntos relevantes para o sistema monetário mundial estabeleciam-se instituições similares, em todos os lugares, tais como organismos representativos, constituições escritas definindo a sua jurisdição e regulando a publicação de orçamentos, a promulgação de leis, a ratificação de tratados, os métodos para incorrer em obrigações financeiras, as regras de contabilidade pública, os direitos dos estrangeiros, a jurisdição das cortes de justiça, o domicílio das notas de câmbio, e assim, por implicação, a situação do banco de emissão, dos acionistas estrangeiros, dos credores de todos os tipos. Isto levou à concordância no uso de notas bancárias e espécies, de regulamentações postais, e quanto aos métodos das bolsas de valores e bancos. Nenhum governo, com exceção talvez dos mais poderosos, podia se permitir desprezar os tabus do dinheiro. Para propósitos internacionais, o meio circulante era a nação, e nenhuma poderia sobreviver fora do esquema internacional, em qualquer espaço de tempo.

Em contraste com os homens e os bens, o dinheiro estava livre de quaisquer medidas embaraçosas e continuava a desenvolver sua capacidade de transacionar negócios a qualquer distância e a qualquer tempo. Quanto mais difícil se tornava transferir objetos reais, mais fácil se tornava transmitir os direitos sobre eles. Enquanto diminuía o ritmo do comércio de mercadorias e serviços e seu equilíbrio oscilava precariamente, a balança de pagamentos se mantinha líquida quase que automaticamente, com a ajuda de empréstimos a curto prazo que perpassavam sobre todo o globo e de operações de capital que só de leve tomavam conhecimento do comércio visível. Pagamentos, débitos e reclamações

continuavam insensíveis às crescentes barreiras rígidas contra a troca de bens. A ascendência rápida da elasticidade e da universalidade do mecanismo monetário internacional compensava, de certo modo, os canais cada vez mais estreitos do comércio mundial. No princípio da década de 1930, quando o comércio mundial se reduziu a um filete, o empréstimo internacional a curto prazo atingiu um grau de mobilidade sem precedentes. Enquanto funcionou o mecanismo dos movimentos do capital internacional e dos créditos a curto prazo, nenhum desequilíbrio do comércio real era demasiado grande para ser superado por métodos de contabilização. Evitava-se a distorção social com a ajuda dos movimentos de crédito e corrigia-se o desequilíbrio econômico através de meios financeiros.

Como último recurso, a auto-regulação imperfeita do mercado levou a uma intervenção política. Os governos tiveram que responder às pressões quando o ciclo comercial deixou de corresponder e restaurar o emprego, quando as importações deixaram de produzir exportações, quando as regulamentações da reserva bancária ameaçaram os negócios com o pânico, quando devedores estrangeiros recusaram-se a pagar. Numa emergência, a unidade da sociedade afirmou-se por intermédio da intervenção.

Em que medida o estado foi induzido a interferir dependeu da constituição da esfera política e do grau da perturbação econômica. Enquanto o voto era restrito e apenas alguns exerciam influência política, o intervencionismo era um problema muito menos urgente do que se tornou quando o sufrágio universal transformou o estado em órgão do milhão dominante - o mesmo milhão que, no setor econômico, tinha que suportar, muitas vezes com amargura, o encargo dos dominados. Enquanto o empregro era abundante, os rendimentos seguros, a produção contínua, o padrão de vida seguro e os preços estáveis, a pressão intervencionista era naturalmente menor do que se tornou quando as quedas adiadas transformaram a indústria num amontoado de ferramentas em desuso e esforços frustrados.

Também do ponto de vista internacional, os métodos políticos eram usados para suplementar a auto-regulação imperfeita do mercado. A teoria ricardiana do comercio e meio circulante ignorou em vão á diferença de status existente entre os vários países, segundo a sua diferente capacidade de produzir riquezas, capacidade de exportação de comércio, de navegação e de experiência bancária. Pela teoria liberal, a Grã-Bretanha era apenas mais um átomo no universo do comércio e ocupava precisamente o mesmo lugar que a Dinamarca e a

Guatemala. Na verdade, o mundo contava com um número limitado de paí e dividido em países que emprestavam e países que pediam emprestado países exportadores e países praticamente auto-suficientes, países com exportações variadas e países que dependiam de uma única mercadoria, como o trigo ou o café, para suas importações ou empréstimos estrangeiros. Tais diferenças podiam ser ignoradas pela teoria, mas suas conseqüências não podiam ser abandonadas da mesma forma na prática. Era freqüente os países ultramarinos estarem impossibilitados de atender às suas dívidas externas, ou verem suas moedas depreciadas, o que ameaçava sua solvência. Às vezes eles decidiam corrigir a balança através de meios políticos e interferiam na propriedade de investidores estrangeiros. Em nenhum desses casos podia se depender de processos econômicos autocurativos, embora, de acordo com a doutrina clássica, esses processos devessem infalivelmente reembolsar os credores, restaurar a moeda e resguardar o estrangeiro contra a repetição de perdas semelhantes. Isto exigiria que os países envolvidos fossem participantes mais ou menos igualitários num sistema de divisão internacional do trabalho, o que não era o caso, enfaticamente.

Seria ocioso esperar que, por um processo invariável, o país cuja moeda se desvalorizasse aumentaria automaticamente suas exportações, restaurando assim o seu balanço de pagamentos, ou que a sua necessidade de capital estrangeiro pudesse cornpeli-lo a compensar o estrangeiro e reassumir o montante da sua dívida. O aumento nas vendas de café ou de nitratos, por exemplo, poderia destruir o mercado, e repudiar uma dívida externa exorbitante poderia parecer preferível a depreciar a moeda nacional. O mecanismo do mercado mundial não podia se permitir correr tais riscos. Assim, enviavam-se navios de guerra para o local e o governo negligente, fraudulento ou não, se defrontava com a alternativa de um bombardeio ou um ajuste. Não havia outro método capaz de obrigar o pagamento, impedir grandes perdas e manter o sistema em funcionamento. Prática semelhante era utilizada para induzir os povos coloniais a reconhecerem as vantagens do comércio, quando o argumento teoricamente infalível da vantagem mútua não era prontamente reconhecido pelos nativos - e talvez jamais o fosse. A necessidade de métodos intervencionistas era ainda mais evidente se a região em questão fosse rica nas matérias-primas exigidas pelos fabricantes europeus, e nenhuma harmonia preestabelecida podia garantir a emergência de um anseio por manufaturas européias por parte dos nativos, cujas necessidades naturais já haviam tomado um rumo inteiramente diferente. É claro que nenhuma dessas dificuldades

deveria surgir sob um sistema supostamente auto-regulável. Todavia, enquanto cada vez mais os pagamentos só eram feitos sob a ameaça da intervenção armada, e as rotas comerciais se mantinham abertas apenas com a ajuda dos navios de guerra, isto é, o comércio seguia a bandeira, enquanto a bandeira seguia as necessidades dos governos invasores, mais patente se tornava o fato de que era preciso utilizar instrumentos políticos para manter o equilíbrio da economia mundial.